

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO HENRIQUE PRATES CATTELAN

A NOVA ROTA DA SEDA: UMA NOVA ESTRATÉGIA CHINESA?

Porto Alegre

2017

PEDRO HENRIQUE PRATES CATTELAN

A NOVA ROTA DA SEDA: UMA NOVA ESTRATÉGIA CHINESA?

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Prates Cattelan, Pedro Henrique

A Nova Rota da Seda: uma nova estratégia chinesa?
/ Pedro Henrique Prates Cattelan. -- 2017.

90 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Iniciativa Rota e Cinturão. 2. Política Externa
da China. 3. Relações Internacionais da Ásia. I.
Fagundes Visentini, Paulo Gilberto, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO HENRIQUE PRATES CATTELAN

A NOVA ROTA DA SEDA: UMA NOVA ESTRATÉGIA CHINESA?

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Para Iolanda Bodanese Prates

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo à sociedade brasileira por possibilitar, através da UFRGS, o privilégio de um estudo gratuito e de qualidade. Espero poder utilizar os conhecimentos adquiridos para dar um retorno positivo para o País.

A todos que compõe a estrutura do curso de Relações Internacionais e o tornam tão enriquecedor.

Ao orientador deste trabalho, Professor Paulo G. F. Visentini, por todos os ensinamentos nestes últimos anos, assim como pela oportunidade de participar de um projeto como o NERINT. Aos professores integrantes da Banca Examinadora, pelo tempo e interesse dedicados na avaliação deste trabalho.

À minha família, que me incentivou a entrar na Universidade, garantiu meu sustento durante os estudos e me deu liberdade de escolha, mesmo que muitas vezes isso representasse divergências. Registro aqui um agradecimento especial aos meus avós paternos, Norma e Edgar, que me acolheram nestes cinco anos de UFRGS; aos meus pais, Junior e Patrícia, que me enchem o saco mas foram fundamentais; aos meus primos, Marcos e Diego, que também me encheram o saco (e quem não?), mas também foram importantes; aos meus avós maternos, Iole (in memoriam) e Ely, pela constante torcida; à Simone, Suricata e Leona, pela cãopanhia e apoio.

Aos amigos, que perto ou distantes, me acompanharam nesse período e o fizeram muito melhor e suportável. Sentirei falta das conversas no CERI, pastéis no Xirú, das noites viradas escrevendo trabalhos. Aos amigos do Partiu Xirú: Katiele Menger, Aline Rocha, Ricarrdo Glesse, Priscila Schelp, Gabriela Ferreira, Elisa Eichner, Henrique Pigozzo, Thales Machado e Thais Batista. Um obrigado também ao Matheus Motta, Carlos Eduardo Goldberg, Raíssa Mattana, Bruno Guimarães, Marcela Ávila e aos amigos de Floripa.

Por fim, à Júlia Tocchetto. É impossível colocar em palavras o que tu significou pra mim nessa fase final de faculdade. Obrigado por sempre ajudar de todas as formas possíveis, seja me criticando, me ensinando, me acalmando, ou virando noites para me ajudar a cumprir prazos (forbes). Obrigado por fazer tudo nessa vida mais leve e feliz.

“Eu não contei nem metade do que vi”

Marco Polo

RESUMO

A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês) representa um projeto internacional de cooperação e integração, liderado pela China, que busca a construção de uma “comunidade de destino compartilhado”. Ela se destaca frente outras iniciativas por seu escopo, já que engloba três continentes e dezenas de países, e por seu foco no investimento em infraestrutura como base para a cooperação econômica. A BRI também procura integrar distintos projetos e mecanismos existentes para atingir seu objetivo. O objetivo do trabalho é, além de melhor compreender a iniciativa como um todo –seus objetivos, riscos, princípios e mecanismos-, entender o papel dela na política externa do governo de Xi Jinping. Analisam-se assim as rupturas e continuidades da estratégia internacional da China na “Era Xi” e sua relação com a BRI. Por fim, percebem-se semelhanças entre este projeto de integração regional com a antiga ordem regional asiática, ou “sistema tributário”, caracterizado pela hierarquia nas relações internacionais.

Palavras-chave: Iniciativa Cinturão e Rota. Comunidade de Destino Compartilhado. China. Política Externa da China.

ABSTRACT

The Belt and Road Initiative (BRI) represents an international cooperation and integration project, led by China, that seeks to build a "community of shared destiny." It stands out from other initiatives for its scope, since it encompasses three continents and dozens of countries, and its focus on investment in infrastructure as the basis for economic cooperation. The BRI also seeks to integrate distinct existing projects and mechanisms for its general purpose. This paper's goal is to better understand the initiative as a whole - discussing its objectives, risks, principles and mechanisms- and the role it plays in Xi Jinping's government. The ruptures and continuities of China's international strategy in the "Xi Era" and its relation to a BRI are further analyzed. Finally, there are several similarities between this regional integration project and the old Asian regional order, or "tributary system", and hierarchical order.

Keywords: Belt and Road Initiative. Community of shared destiny. China. Chinese Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Iniciativa Cinturão e Rota.....	39
Figura 2 – Os Corredores Econômicos da BRI.....	43
Figura 3 – O Pós-Consenso de Washington versus a Experiência Chinesa.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

ADB – Banco de Desenvolvimento Asiático

BM – Banco Mundial

CFG – Crise Financeira Global

FMI – Fundo Monetário Internacional

OCX – Organização de Cooperação de Xangai

BRI – Belt and Road Initiative (Iniciativa Cinturão e Rota)

OBOR – One Belt, One Road (Um Cinturão, Uma Rota)

PCCh – Partido Comunista Chinês

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership

NDB - Novo Banco de Desenvolvimento/Banco dos BRICS

BRICS – Bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

TPP - Parceria Transpacífico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: DE 1949 À “ERA XI”	6
2.1 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: ASPECTOS GERAIS (1949-2012).....	6
2.2 UMA GUINADA NA POLÍTICA EXTERNA: MAIOR ASSERTIVIDADE NA “ERA XI”	16
2.3 ASSERTIVIDADE E REFORMA INSTITUCIONAL: O COMANDO DE NOVAS INICIATIVAS	25
3. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA: CONCEITO E PRINCIPAIS ASPECTOS ENVOLVIDOS	15
3.1 A CONCEITUALIZAÇÃO DA BRI	15
3.2 A BRI NA PRÁTICA: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PROJETOS ENVOLVIDOS	22
3.3 ASPECTOS FINANCEIROS DA BRI	27
3.4 PRINCIPAIS OBJETIVOS E RISCOS DA BRI	31
4. IMPACTOS REGIONAIS DA BRI: UM NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO?	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative, ou BRI na sigla em inglês)¹, chamada de o “projeto do século” pelo presidente da China, Xi Jinping, é um projeto compreensivo de cooperação internacional. Ela se destaca por sua ambição e magnitude, prevendo cerca de US\$ 1 trilhão em investimentos em infraestrutura, cobrindo uma região que possui 4,4 bilhões de pessoas (64% da população mundial) e uma riqueza de US\$ 2,1 trilhões (29% da economia global); ela perpassa três continentes (Ásia, África e Europa) e busca integrar dezenas de países, dos mais variados níveis de desenvolvimento, não só fisicamente, mas também econômica e culturalmente (FASSLABEND, 2015).

O conceito é junção de dois projetos: o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI. O primeiro, lançado em setembro de 2013 em um discurso do Presidente Xi Jinping no Cazaquistão, corresponde a cinco rotas que atravessam a Eurásia, conectando a China a outros países através de infraestrutura como ferrovias, rodovias, oleodutos, acompanhada de mecanismos de cooperação comercial e financeira. Já o segundo foi lançado em outubro do mesmo ano e planeja a conexão marítima da China com a Europa, através de portos no Oceano Índico e na África.

Em 2015, foi lançado o documento² que estabelece as diretrizes gerais para a implementação da iniciativa. A BRI é definida então como um caminho para a cooperação ganha-ganha, desenvolvimento mútuo, prosperidade, amizade e paz. Seu objetivo é a criação de uma “comunidade de interesses, destino e responsabilidades compartilhados”, o que incluiria confiança política entre os países, integração econômica e tolerância cultural. São definidas cinco prioridades de cooperação: coordenação de políticas, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, integração financeira e conexões entre povos. A iniciativa será melhor analisada no segundo capítulo deste trabalho.

¹ A partir de 2016, o governo chinês passou a utilizar, em traduções para o inglês, o termo “Belt and Road Initiative” (BRI, na sigla em inglês), em vez de One Belt, One Road (Um Cinturão, uma Rota, em português), já que o termo “Um Cinturão” causava confusão, visto que na realidade o conceito abarca diversas rotas. O termo em chinês continuou o mesmo (ALEKSANDRA; ČERENKOVA, 2016). Porém, a sigla “OBOR” ainda é amplamente utilizada fora dos meios oficiais. A iniciativa também é comumente chamada de “Nova Rota da Seda”, principalmente por meios jornalísticos. Neste trabalho, optou-se pela utilização do conceito oficial: Belt and Road Initiative (BRI). No título, utilizou-se a maior popularidade e entendimento do termo “Nova Rota da Seda”.

² Aqui é importante notar que o documento foi elaborado e publicado conjuntamente por três ministérios chineses. Isso demonstra a abrangência da iniciativa.

A BRI não tenta “inventar a roda”, no sentido de construir algo totalmente novo para a região, mas sim coordenar e integrar diferentes políticas, mecanismos e redes de infraestrutura existentes, como já ressaltou Xi (XINHUA, 2017a). Isso envolve instituições multilaterais existentes - por exemplo, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) -, as relações bilaterais - com canais de comunicações existentes, elaboração de planos conjuntos - e fóruns e encontros regionais. Ainda, a China liderou a criação instituições que podem ajudar no desenvolvimento da iniciativa, como por exemplo o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês). É de se destacar que a BRI não prevê uma instituição central para gerenciar o processo de integração regional.

Além da já citada amplitude (três continentes) e abrangência (economia, diplomacia, cultura), a BRI também se destaca como um projeto de integração por outros motivos. Um deles é a importância dada para a conectividade física, ou seja, para a infraestrutura como base do processo de integração, o que garante um caráter tangível à iniciativa. Nesse sentido, a ferrovia é a vanguarda. A China procura expandir a malha ferroviária (e a melhor utilização e coordenação da que já existe), inclusive já atuando na construção efetiva de ferrovias, englobadas na BRI.

A iniciativa recebe cada vez mais importância no âmbito internacional. A BRI deverá englobar todo o aparato das novas relações econômicas da China com outros países,

“pois engloba comércio, facilitação de investimentos diretos, internacionalização do Renminbi e atuação de bancos chineses (Banco de Importação-Exportação da China e Banco de Desenvolvimento da China) e multilaterais (AIIB)” (HENDLER, 2017, p. 2).

Um dos maiores eventos diplomáticos de 2017 foi um fórum da própria BRI, que recebeu grande destaque na mídia ocidental. Líderes de diversos países de muitas regiões estiveram presentes, além de representantes de organizações internacionais como do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Domesticamente, ela é frequentemente enquadrada na estratégia de governos provinciais, de empresas e do governo central. Deste último, destacam-se as menções à BRI no 13º Plano Quinquenal e na própria Constituição do Partido Comunista Chinês, documentos importantes e que definem os rumos da China para o futuro (CHINA, 2015b; XINHUA, 2017b).

Porém, apesar do discurso e das intenções declaradas serem positivas, existe uma série de críticas e desconfianças em relação à iniciativa. Uma crítica frequente é a falta de substância na BRI, ou seja, que ela é muito vaga (por exemplo, não há definição de projetos englobados, nem

mesmo dos países incluídos) e ampla. Mas é difícil afirmar que uma iniciativa que recebe tanta atenção, esforço e recursos - tanto políticos como financeiros - do governo chinês seja vazia ou apenas uma ideia (ROLLAND, 2017). Muitos países veem a BRI com suspeita, com medo de se tornar excessivamente dependente da China e de suas reais intenções com o projeto. Por exemplo, questões geopolíticas ameaçam a implementação da iniciativa, como a desconfiança da Rússia e da Índia, que seriam partes fundamentais da BRI. Outros riscos, por se tratar de uma iniciativa tão abrangente e ambiciosa, também são consideráveis, como por exemplo a sua possível inviabilidade econômica.

Uma maior tendência de adotar uma postura de líder em projetos e assumir riscos consideráveis no âmbito internacional é uma das marcas do governo de Xi Jinping. Este elenca como seu maior objetivo a realização do “Sonho Chinês”, ou seja, a revitalização da nação chinesa, que seria atingido por volta da metade deste Século. Levando-se em conta a política externa, o principal objetivo elencado é a construção de uma “comunidade de destino compartilhado”. A BRI é considerada o principal pilar da estratégia de inserção internacional desse governo, representando o principal meio para se atingir esses objetivos.

Argumenta-se neste trabalho que a estratégia internacional do atual governo chinês representa uma mudança em relação a de períodos anteriores. Isso é percebido por exemplo no discurso³, com afirmações de que a China será “proativa” e que “busca sucesso” (*striving for achievement*), o que difere das linhas gerais dos governos anteriores, que seguiam as falas de Deng Xiaoping de “esconder as capacidades” e “não buscar a liderança” (CALLAHAN, 2016). Essas mudanças, assim como as continuidades, especialmente na economia e no âmbito externo, serão melhores desenvolvidas no primeiro capítulo.

A iniciativa é muito recente, considerando seu tamanho, escopo e objetivos e, portanto, ainda não é possível medir seu sucesso ou fracasso definitivo. Porém, é quase consenso nos trabalhos analisados que a iniciativa merece mais atenção do que vem recebendo, principalmente da academia ocidental, e que, caso tenha sucesso, tem uma real probabilidade de transformar a Eurásia e o mundo. Portanto, é de fundamental importância aprofundar os estudos e a compreensão sobre esse grande projeto de cooperação internacional.

³ Aqui cabe ressaltar que, apesar da análise de discursos de lideranças chinesas não possibilitarem uma análise completa da política externa, ela ainda permite perceber tendências e divergências com o passado, portanto, válida (CALLAHAN, 2016).

Com esse panorama, este trabalho procura compreender essa iniciativa chinesa, com foco em sua vertente terrestre, abordando assim suas características principais, os seus objetivos (implícitos e explícitos), os meios para atingi-los, assim como os riscos que a ameaçam. Dessa forma, a pergunta central que guia esse trabalho é “o que a ‘Iniciativa Cinturão e Rota’ significa para a China e para a região em que se ela se insere?”. Para isso, os principais métodos utilizados são a revisão da bibliografia e a análise de discursos e documentos oficiais. Como a iniciativa foi lançada em 2013, há relativamente pouco material e histórico sobre esse tema específico. Assim, o presente trabalho também pode servir como uma sistematização de informações dispersas e talvez de base e incentivo para futuras pesquisas sobre o tema.

Outro objetivo do trabalho é responder à pergunta “como a BRI se insere na estratégia de atuação internacional do governo de Xi Jinping?” e, portanto, analisar a relação entre a iniciativa e as transformações percebidas na política externa chinesa na última década. Para se compreender tais mudanças, a evolução da estratégia de inserção internacional da China será vista no primeiro capítulo. Assim, essa discussão deverá servir de pano de fundo para compreensão do contexto em que a BRI se insere na política externa chinesa.

A fim de responder à pergunta central do trabalho, a primeira hipótese a ser avaliada é de que a BRI é um projeto amplo e compreensivo que reproduz a visão de ordem regional da China, e, portanto, abarca questões como economia e valores dessa ordem proposta. Além disso, a BRI também busca responder a pressões e objetivos geopolíticos, apesar de não serem explicitamente mencionados. A segunda hipótese é a de que a BRI, caso se efetive como o definidor das relações regionais (da Eurásia), representa a recriação de uma ordem hierárquica na região, análoga ao antigo “sistema tributário”.

Em relação à segunda pergunta, auxiliar para a compreensão do contexto em que se insere a BRI, a hipótese é de que a BRI é a materialização ou a manifestação clara da nova fase da política externa chinesa, comandada por Xi Jinping. Provando sua importância, a BRI, e tudo que ela envolve, parece enquadrar-se perfeitamente no objetivo de Xi de aumentar a presença e a influência da China no âmbito internacional.

Além da introdução e da conclusão, o presente trabalho se encontra dividido em três capítulos. O primeiro analisa a evolução e as tendências gerais da política externa chinesa (por exemplo, a constante preocupação com a soberania), bem como as especificidades de cada governo desde 1949. Em seguida, trata-se da guinada na política externa de Xi Jinping em relação

a seus antecessores, tratando das mudanças estruturais (crise econômica, mudanças no panorama estratégico) e das características gerais desse processo. Por fim, discute-se a atuação chinesa no questionamento da arquitetura financeira global, considerada um exemplo da maior assertividade chinesa.

O segundo capítulo aborda especificamente a BRI. Assim, serão abordados a estrutura geral da iniciativa, seus princípios, riscos que ameaçam a sua implementação, seus objetivos implícitos e explícitos. O foco será em duas das prioridades de cooperação: a conectividade física e a integração financeira. No primeiro, serão analisados alguns dos principais feitos da BRI e seus potenciais na região, como por exemplo as rotas ferroviárias entre China e Europa. No segundo, se discutirá os principais métodos de financiamento dos projetos de infraestrutura, as instituições utilizadas (principalmente o AIIB) e suas perspectivas futuras. Vale salientar que, por ser tema extremamente recente e de pouca literatura completamente atualizada, esse capítulo se utiliza de fontes jornalísticas, buscando, contudo, sempre que possível, embasá-las em ideias estabelecidas em fontes acadêmicas.

Por fim, no terceiro capítulo, será feito uma comparação entre a ordem regional representada pelo conceito de “comunidade de destino compartilhado”, objetivo principal da BRI, e o modelo teórico de Kang (2010), que elenca características gerais de uma ordem hierárquica no Sistema Internacional. Além disso, são elencadas outras possíveis consequências estruturais da BRI discutidas na bibliografia, como por exemplo a criação de um “novo Bandung”.

2 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: DE 1949 À “ERA XI”

O presente capítulo busca tratar dos principais condicionantes e mudanças na política externa chinesa até o governo de Xi Jinping. Buscar-se-á traçar uma breve revisão histórica do desenvolvimento da política externa de Mao a Hu Jintao, a fim de traçar paralelos e compreender a evolução da atuação internacional da China, entendendo constrangimentos internos e externos. Defende-se que, a partir de Deng Xiaoping, a China toma uma postura de baixo comprometimento com temas globais, focando em seu desenvolvimento interno enquanto, no plano externo, buscava comprovar que sua ascensão é pacífica, ficando longe de posicionamentos exacerbados e do acirramento de rivalidades que pudessem ensejar conflitos. Após mudanças significativas nos âmbitos econômico, especialmente no pós-Crise Financeira Global (CFG), e estratégico parece ter havido uma inflexão tanto interna quanto na atuação externa da China. Portanto, pode-se dizer que a ascensão de Xi Jinping marca uma nova fase para a China. Assim, na segunda seção desse capítulo serão traçados os principais pontos que pautam a política externa de Xi, a fim de compreender em que medida tem se construído uma China mais assertiva e propositiva nas suas relações exteriores. Os principais vetores dessa mudança parecem ser uma redefinição de sua relação com as grandes potências, a diplomacia periférica e a “Belt and Road Initiative” (BRI) – a qual será o foco do segundo capítulo.

2.1 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: ASPECTOS GERAIS (1949-2012)

O desenvolvimento da China, principalmente devido às altas taxas de crescimento e ganho consistente de relevância nos âmbitos militar, econômico e político globais, é um dos eventos mais marcantes das últimas décadas, no que toca ao estudo das Relações Internacionais. A China é a segunda maior economia do mundo - a maior se considerando PIB Poder Paridade de Compra (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2017) -, possui a maior população do mundo, é uma potência nuclear e espacial, possui assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e tem se colocado como ator cada vez mais relevante na esfera de investimentos externos estrangeiros, como país investidor (EY, 2017). Os eventos e motivos de natureza política, econômica e demográfica que a levaram a conquistar esses atributos são alvo de incessante pesquisa acadêmica. Entre os aspectos de estudo, um dos principais objetos de pesquisa, no âmbito das Relações Internacionais, é o entendimento do modo de inserção da China

no ordenamento global. Tal inserção, em um primeiro momento de natureza prioritariamente econômica (SHAMBAUGH), trouxe mudanças relevantes na esfera internacional, tanto do ponto de vista concreto, pelos impactos no comércio e investimentos internacionais, como simbólico, pelo ensejo do questionamento da hegemonia do modelo liberal liderado pelos Estados Unidos⁴.

Uma das teses deste trabalho é a de que houve uma mudança na estratégia de inserção internacional da China. Enquanto no período das reformas de Deng Xiaoping, até os anos 2000, a atuação da China era classificada como de baixa assertividade e retração (SHAMBAUGH, 2013; KISSINGER, 2011; CLEGG, 2009), no período mais recente tem-se notado uma disrupção na atuação internacional do país, que parece ter se tornado mais assertiva (CALLAHAN, 2016). Com o fim de se compreender de forma mais abrangente as mudanças na política externa chinesa⁵, será realizada a seguir uma breve retomada da história da inserção internacional chinesa, principalmente a partir de 1949, ano da proclamação da República Popular da China pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), liderado por Mao Zedong.

Com a tomada do poder pelos comunistas, Mao assumiu a liderança do país com o objetivo de findar um “século de vergonha e humilhações”, marcado na história chinesa pela elevada importância que a interferência estrangeira assumiu sobre o país. Desde 1949 a China identificava-se como um país do chamado “Terceiro Mundo”, em que a batalha que importava era a entre o imperialismo e o anti-imperialismo. Sua experiência histórica com o imperialismo, que remonta ao século XIX, seria a raiz da visão chinesa do resto do globo (CLEGG, 2009). Alguns princípios desenvolvidos nessa época passariam a ser basilares para a China nas décadas subsequentes.

“Sua posição era claramente evidente em sua própria política externa, a qual seria seguida consistentemente: atingir o desenvolvimento econômico, construir um Estado-Nação unido politicamente, efetuar a unificação com Taiwan, manter a independência e ser reconhecida como uma potência global” (CLEGG, 2009, p.49, tradução do autor)⁶.

O ressentimento chinês com seu histórico tem origens na Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), uma vitória militar da Inglaterra contra a China que significaria um divisor de águas para a história do país. A China até então era considerada, isolada do resto do globo; em outras palavras,

⁴ Nesse sentido, a possibilidade de haver uma alternativa de modelo de desenvolvimento a ser seguido é alvo de relevante debate acadêmico (RAMO, 2004; HALPER, 2010; BRESLIN, 2011).

⁵ Neste trabalho, não se buscou analisar profundamente a formação da política externa chinesa, mas reconhece-se que é um processo complexo, que envolve diversas instituições, atores e fatores, não dependendo apenas do líder do PCCh. Ver mais em Shambaugh (2013) e Clegg (2009).

⁶ No original: “Its stance is clearly evident in its own foreign policy, which has been followed consistently: to realize economic development; to build a politically united nation-state, bringing about unification with Taiwan; to maintain independence and to gain recognition as a world power”.

à época, ainda intocada pelo avanço dos Impérios europeus (CHANG, 2009). Era um grande Império, provavelmente a maior economia do mundo (KENNEDY, 1989; MILLER, 2017), sendo respeitado e inclusive admirado pelos demais impérios da época (KISSINGER, 2011; ARRIGHI, 2008). “O poder chinês atingiu seu pico décadas antes de 1800” (MILLER, 2017, p. 4, tradução do autor). Europeus compravam seus produtos, principalmente seda, porcelana e chá, enquanto a China praticamente não importava bens provenientes da Europa. A partir de 1839, esse panorama mudaria radicalmente. A Grã-Bretanha, com potencial militar bastante superior ao chinês, iniciou o conflito com o claro objetivo de abrir comercialmente a China para o mundo e reverter a balança comercial, que era desfavorável para o Império britânico⁷. O Tratado de Nanquim marcou o fim da Guerra do Ópio, com a Grã-Bretanha tomando a ilha de Hong Kong e exigindo compensações financeiras por parte da China, bem como a abertura de 5 portos ao comércio (MILLER, 2017). Essas exigências marcaram o início da submissão chinesa à interferência estrangeira.

O período que se seguiu à essa guerra foi marcado pela intromissão estrangeira na China e pela elevada instabilidade política. A entrada dos EUA na China, que marcou a extensão das relações desiguais entre essa e o restante do mundo, bem como a invasão japonesa da Manchúria em 1931 e a guerra subsequente - com aproximadamente 20 milhões de mortes de chineses - foram eventos bastante marcantes para as lideranças chinesas (MILLER, 2017). A interferência externa passaria a ser vista, dessa forma, como elevado ressentimento, impactando severamente a política externa do país. Internamente, além da divisão de diversos territórios entre potências estrangeiras, o período foi marcado pela grande fragmentação política e revoltas internas como a Rebelião Taiping⁸ e a Revolta dos Boxers⁹, as quais dificultariam ainda mais a resistência Qing

⁷ A justificativa e estopim da guerra foi o bloqueio da importações de ópio pela China, que via com maus olhos a influência ocidental em seu comércio, bem como os malefícios que a droga vinha causando à população (CHANG, 2009).

⁸ Ocorrida justamente no período que se seguiu à Guerra do Ópio, a Rebelião Taiping (1850-1864) foi uma das mais intensas sublevações internas do período. Foi uma rebelião iniciada por uma seita cristã chinesa no sul, que visava substituir os imperadores Qing “por um novo Reino Celestial da Grande Paz”. Os Taiping conquistaram Nanquim e boa parte da China meridional e central (KISSINGER, 2011, p. 78) A rebelião seria contida pela progressiva descentralização do poder na China – o surgimento dos senhores de Guerra – e pelo apoio das potências estrangeiras, que viam na Rebelião um potencial governo que poderia ameaçar sua influência na China.

⁹ A Revolta dos Boxers foi uma insurgência doméstica que surgiu em 1898 como oposição à influência estrangeira na China. Depois do desafio dos Boxers ao sitiarem as embaixadas estrangeiras em Pequim, oito países armaram um “duro golpe” contra os Boxers – França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Suprimindo os Boxers, os estrangeiros impuseram retaliações na forma do que justamente os Boxers combatiam: “impuseram mais um ‘tratado desigual’ exigindo uma indenização em dinheiro e concedendo maiores direitos de ocupação às potências estrangeiras” (KISSINGER, 2011, p. 98).

às exigências estrangeiras. Em 1912, ainda, houve a proclamação da República, pondo fim ao Império que durou mais de dois milênios. Com o fim da Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1945 e a vitória dos comunistas na Guerra Civil contra o Guomindang em 1949, declarou-se, portanto, o fim dessa era de instabilidade, divisão e intromissão estrangeira. A correlação entre interferência estrangeira e instabilidade interna na sua história é lembrada até hoje pelo PCCh, segundo Wang Jisi (2012), cuja política externa seria desde 1949 fortemente condicionada pelo século de humilhações. Questões como Defesa e soberania, logo, sempre tiveram papel fundamental na política chinesa (CLEGG, 2009; KISSINGER, 2011; MILLER, 2017).

Partindo desse ponto, pode-se dizer que os maiores objetivos do governo Mao (1949-1976) eram a autonomia e a unificação nacional. A política externa e doméstica do seu governo, porém, não foram uniformes e constantes. Wang Jisi divide a política externa de Mao em três fases, as quais chama de: 1) alinhamento com URSS; 2) revolução; e 3) três mundos. A primeira fase teria durado de 1949 até os fins da década de 50. Ela foi marcada por um alinhamento com Moscou, devido principalmente à proximidade ideológica¹⁰. Nessa fase, embora alinhada à URSS, a China buscou uma “zona intermediária”, sendo um dos principais expoentes desse aspecto sua atuação na Conferência de Bandung (SHAMBAUGH 2013, P. 38).

A Conferência de Bandung seria marcada pela expoente atuação do Ministro de Relações Exteriores da China, Zhou Enlai. A formulação dos seus Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, baseados na não interferência e respeito da soberania estatal, pautariam os moldes da Conferência. Tendo relevante papel na cooperação entre países asiáticos e africanos, a conferência seria precursora do Movimento dos Não-Alinhados, lançado em 1961, e inclusive da cooperação Sul-Sul contemporânea (CLEGG, 2009).

Marcando o início da segunda fase, em 1962, a China passou a acusar a URSS de um social-imperialismo, o que levou à chamada cisão sino-soviética. Assim, o país adotou um discurso mais radical, contra tanto a URSS como contra os EUA, apoiando retoricamente e materialmente diversas revoluções pelo mundo. Durante a década de 1960, a China entrou em conflito direto com um grande número de seus vizinhos: em 1962, contra a Índia; em 1969 contra a URSS; com o governo de Taiwan; e a participação indireta na Guerra do Vietnã (SHAMBAUGH, 2013). Nos primeiros anos da década de 1970, China e Estados Unidos

¹⁰ Contudo, desde o princípio tal aliança não era total e envolvia relevantes ressalvas, uma vez que a China já buscava autonomia frente à rivalidade instaurada pela Guerra Fria.

começaram uma aproximação importante, que condicionaria os rumos da política externa chinesa a partir de então. Escaramuças entre os chineses e tropas soviéticas na fronteira comum em 1971 contribuíram significativamente para esse alinhamento, uma vez que foram evidenciados os interesses em comum dos dois países.¹¹

Dessa forma, em 1971, tem início a integração da China na ordem internacional baseada nas instituições do pós-Segunda Guerra Mundial. A China foi admitida na ONU, com assento permanente no Conselho de Segurança (a posição de representante da China até então pertencia ao governo de Taiwan) e progressivamente em outras instituições, a saber, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Tratado de Não-Proliferação Nuclear, entre outros. O processo de integração foi considerado de certa forma concluído em 2001, com a entrada oficial na Organização Mundial do Comércio (CLEGG, 2009; VISENTINI, 2011)¹².

No plano interno, embora as políticas de Mao tenham sido ineficientes no sentido de impulsionar a economia e a produtividade chinesas, bem como a intolerância cultural tenha sido marco de seu governo, pode-se afirmar foram criadas bases importantes nesse período, as quais seriam inclusive aproveitadas por Deng Xiaoping em suas reformas. Apesar do alto custo, como por exemplo do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, o legado impactaria consideravelmente as gerações futuras. A expansão da educação primária para regiões rurais e também a expansão dos serviços de saúde à população carente permitiram uma população melhor educada e mais saudável para trabalhar nos anos posteriores, com um baixo custo em relação a outros países em desenvolvimento (ARRIGHI, 2008). Além disso, também se estabeleceu a centralidade política e a estatização da economia, incluindo o desenvolvimento de indústrias pesadas e de infraestrutura, que apesar das baixas produtividade e qualidade, foram importantes como bases para o desenvolvimento posterior (VISENTINI, 2011).

Com a morte de Mao em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping, iniciou-se o período de reformas econômicas e de abertura gradual da economia. O foco do governo de Deng foi o desenvolvimento econômico, mas a preocupação securitária nunca deixou de ser importante

¹¹ “A base comum de tal cooperação era uma aliança tática contra o hegemonismo soviético e, para os EUA, uma forma de controlar os movimentos de liberação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia benefícios econômicos e tecnológicos” (VISENTINI, 2011, P. 94).

¹² Essa fase teve como principal base a Teoria dos Três Mundos, apresentada por em discurso de Deng Xiaoping na ONU em 1974. Essa teoria divide os países do globo entre as duas superpotências, o “Primeiro Mundo”, os demais países Capitalistas, no “Segundo Mundo”, e os países periféricos em um “Terceiro Mundo”, conceito que remonta aos ideais da Conferência de Bandung. A teoria era principalmente crítica da estratégia ofensiva soviética, ou “social-imperialismo” (CLEGG, 2009; VISENTINI, 2011).

(WANG, 2011). Baseando-se nas quatro grandes modernizações de Zhou Enlai –agricultura, indústria, a defesa e a ciência (SODUPE, 2013) -, Deng empreendeu um imenso esforço de modernização da China. Suas reformas podem ser resumidas pela liberalização e abertura da economia de forma bastante gradual e em etapas experimentais. As mesmas eram sempre contrabalançadas pela a manutenção da centralidade do PCCh, como Estado centralizador e com participação na economia. Essa combinação, grosso modo, impediu que a abertura incorresse em desregulamentação exacerbada da economia e submissão aos fluxos internacionais de comércio e à primarização da economia¹³, ao mesmo tempo em que permitiu que o Estado guiasse as diretrizes centrais do crescimento econômico chinês.

Na política externa, Deng buscou estabelecer relações com países do mundo inteiro, com pragmatismo ideológico e político. Buscava-se assim a paz externa, considerada necessária para a China se desenvolver, e a obtenção de recursos estrangeiros (WANG, 2011), fundamentais para o crescimento da economia chinesa e a obtenção de tecnologia. Segundo Clegg (2009), partiu-se de “Guerra e Revolução” para “Paz e Desenvolvimento” na era Deng. O momento era de gradativa integração ao sistema internacional, com atuação cada vez mais intensa na ONU, por exemplo, mantendo uma posição de não-alinhamento em relação às duas superpotências. Embora tenha havido uma aliança estratégica com os EUA no início da década de 1970, Clegg (2009) define a atuação da China durante a Guerra Fria como uma de balanceamento entre as rivalidades das superpotências. Reitera-se, ainda, que os princípios de coexistência pacífica e independência sempre basilararam as posições chinesas.

O ano de 1989, com o incidente da Praça da Paz Celestial, foi um ponto de inflexão. Países ocidentais implementaram sanções na China. Os EUA, que haviam se aproximado da China na década de 1970, implementaram sanções e inseriram em sua agenda a centralidade da reforma da estrutura doméstica chinesa (KISSINGER, 2011). A instabilidade política e a reação internacional lembraram os chineses de que as questões securitárias e de interferência estrangeiras ainda eram vitais, mesmo em um período de prioridade dada à economia (WANG, 2011). A China reafirmou que os direitos humanos não eram mais importantes que o direito de soberania de um Estado e recusou instituições políticas ocidentais (WANG, 2011).

¹³ A experiência das ex-repúblicas soviéticas é o contraponto desse gradualismo, por terem baseado-se na liberalização acelerada que acabou fragilizando suas economias no longo prazo (NAUGHTON, 2007).

Deng Xiaoping recomendou aos líderes futuros da China que se adotasse um perfil discreto nas relações exteriores, com uma das frases mais lembradas de Deng Xiaoping pelos governos subsequentes – “observe cuidadosamente, assegure nossa posição, lide com os assuntos calmamente, esconda nossas capacidades e tenha paciência, seja bom em manter discrição; nunca proclama liderança” (KISSINGER, 2011, p. 422). O conselho foi seguido, com muitos autores afirmando que essa foi a linha geral da política externa chinesa a partir de 1989 (SHAMBAUGH, 2013; ABAD, 2013; FERDINAND, 2016). A partir de então, iniciaria um período caracterizado pela retração e atuação discreta da China no âmbito internacional, especialmente na esfera política, enquanto na esfera econômica a China iria gradativamente ampliando sua importância global via atração de investimento direto estrangeiro (e realização de IED também, a partir dos anos 2000) e crescente participação no comércio exterior. Segundo Kissinger (2011, p. 434), no governo de Jiang, acreditava-se “que o desenvolvimento contínuo da China exigia um aprofundamento de suas ligações com as instituições internacionais e a economia mundial.”

Na década de 1990, Jiang Zemin inaugurou a estratégia “go out” ou “ir para fora”, que visava internacionalizar a atuação de suas empresas. Embora a efetiva internacionalização de companhias chinesas tenha sido mais proeminente a partir dos anos 2000, sua primeira menção se deu no governo de Jiang. Tal movimento foi complementado pelos maiores fluxos de comércio exterior da década de 1990 - em uma abertura, reitera-se, gradual.¹⁴

Outro importante evento que marcou a atuação externa da China no governo de Jiang Zemin foi a crise asiática de 1997. A China foi relativamente pouco afetada, tendo em vista que sua integração financeira com o exterior era mais limitada que a dos outros países asiáticos. Sua recusa em desvalorizar a moeda, ao contrário de seus vizinhos, acabou sendo movimento importante para estabilização financeira. Além disso, foi fonte de financiamento para recuperação de economias afetadas (MA, 2017). Esse episódio foi um dos pontos de maior proatividade da China na sua diplomacia econômica, embora geralmente sua atuação tenha sido mais voltada para o desenvolvimento interno, como já mencionado (JOHNSON, 2016).

Adicionalmente, talvez um dos eventos mais importantes, do ponto de vista das Relações Internacionais, no governo Jiang Zemin foi a criação da Organização de Cooperação de Xangai

¹⁴ Do ponto de vista as reformas econômicas, liderou iniciativas bastante significativas para economia chinesa, como o fim do sistema dual da economia (economia planificada e economia de mercado), a reforma de empresas estatais, os incentivos à atração de investimentos estrangeiros diretos e a unificação de regimes de comércio (NAUGHTON, 2007).

(OCX), criada em junho de 2001 pela Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, a organização surgiu com os objetivos de combater o terrorismo, o extremismo e o separatismo na região. Tal organização é a primeira iniciativa a buscar congregar os interesses da desses países. A OCX tem suas raízes no final de década de 1990, com o estabelecimento de cooperação securitária entre os países fundadores que depois fundariam a organização, com exceção do Uzbequistão, através de dois acordos securitários firmados e do surgimento dos Cinco de Xangai em 1996 (GUANG, 2013). Mencionado já em 2001 pela China, o “espírito de Xangai” envolve os seguintes princípios: confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consulta, respeito pela diversidade das civilizações e a busca pelo desenvolvimento comum. O papel da organização em reunir países tão diferentes e tratar suas disputas através do diálogo e da busca pelo consenso prova sua importância para a região, a qual é marcada por uma história complexa de conflitos religiosos, étnicos e territoriais (CLEGG, 2009).

O acordo é essencial para a China. Três quartos de suas fronteiras são com países parte da OCX; adicionalmente, a cooperação com a Ásia Central, principalmente do ponto de vista econômico, é peça chave para o desenvolvimento das regiões orientais da China, especialmente Xinjiang, hoje mais atrasadas em termos de desenvolvimento e com tendências separatistas. A OCX já atestou que a cooperação econômica é também parte de seu escopo:

“O progressivo desenvolvimento econômico da região da Ásia Central e seus estados vizinhos e a busca pelas necessidades vitais da sua população é peça chave para sua estabilidade e segurança” (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI, 2004, tradução do autor).¹⁵

O comércio da China com os países da Ásia Central foi bastante beneficiado por essa aproximação securitária. Nos anos 2000, gasodutos e oleodutos entre a China e a Ásia Central foram inaugurados. Entre 1992 e 2010, o comércio entre a China e os países da região cresceu cerca de 60 vezes (GUANG, 2013). Ainda, a China teria tido papel chave em lançar a OCX, formulando, promovendo sua institucionalização e apoiando projetos financeiramente. A OCX também marca uma nova fase da diplomacia chinesa, marcada por relações multilaterais. A agenda da OCX é essencialmente buscar resolver seus problemas em comum quanto à estabilidade e desenvolvimento econômico, além de buscar um aparato diferente da OTAN para

¹⁵ No original, “Progressive economic development of the Central Asia Region and the neighboring states and meeting the vital needs of their population is a keystone of their stability and security”. Trecho faz parte da Declaração de Tashkent, Uzbequistão, de 17 de junho de 2004.

tratar das questões securitárias, oferecendo um contraponto à interferência dos EUA na região (VISENTINI, 2011; CLEGG, 2009; GUANG, 2013).

Ao longo da última década, a Ásia Central foi se mostrando cada vez mais relevante para a China, especialmente com seu crescimento econômico acelerado e a consequente demanda por recursos energéticos. Assim, a OCX se mostra fundamental para que a China mantenha relações estáveis com esses vizinhos. Segundo Guang (2013, p. 27-28, tradução do autor):

“A OCX permitiu que a China construísse laços securitários, políticos, econômicos e culturais com a região, como nunca visto antes, o que cria condições para que a China desempenhe um papel ativo e construtivo na região.”¹⁶

O governo de Hu Jintao (2003-2012) inauguraria uma fase que colheria efetivos resultados do crescimento econômico de Deng e Jiang Zemin – crescimento econômico e das relações comerciais seriam marcas bastante significativas dos anos que antecederam a Crise Financeira Global. O governo de Hu Jintao e Wen Jiabao adotaria uma abordagem de “incrementação e conservação” (KISSINGER, 2011, p. 471), sem grandes mudanças quanto ao que já havia sido alcançado nos períodos anteriores. Hu preteria se arriscar no ambiente externo, dando prioridade sempre ao crescimento da economia doméstica. Dessa forma, como nos períodos anteriores, o conselho de Deng Xiaoping de manter um baixo perfil permanecia sempre como lei subjacente do modo da China se comportar no ambiente internacional (FERDINAND, 2016).

Seu governo tinha como linhas gerais a criação de uma “sociedade harmoniosa”, e isso se refletia em sua posição internacional. O discurso de política externa se baseava na busca por um “mundo harmonioso” (FERDINAND, 2016). Segundo Kissinger (2011), esses conceitos se relacionam com princípios clássicos chinesas, como gradualismo e aversão ao conflito aberto. Resumindo o período Hu, Kissinger (2011, p. 471) afirma:

“Sua agenda doméstica centrava-se no desenvolvimento econômico contínuo e na preservação da harmonia social dentro de uma vasta população vivenciando tanto uma prosperidade sem precedentes como níveis de desigualdade inéditos. Sua política externa evitava ações dramáticas, e seus principais decisores reagiam de maneira circunspecta a apelos vindos de fora para que a China desempenhasse um papel de liderança internacional mais visível. A política externa chinesa objetivava primordialmente um ambiente internacional pacífico (o que incluía boas relações com os Estados Unidos) e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo. O país continuava a ter um interesse especial no mundo em desenvolvimento – legado da teoria dos Três Mundos de Mao – mesmo enquanto ascendia ao status de superpotência econômica”.

¹⁶ No original, “The SCO has enabled China to build security, political, economic, and cultural ties with the region as never seen before, which creates conditions for China to play an active and constructive role in the region”.

O objetivo de manter a inserção chinesa na esfera internacional focada em assuntos econômicos, enquanto se mantinha uma postura de abstenção e retração nas outras esferas, manteve-se no governo de Hu. A internacionalização das empresas chinesas acentuou-se no pós-CFG, sendo um dos fenômenos mais notáveis da última década, com grande participação do entorno asiático (embora América Latina e África também tenham participação relevante) e de projetos de infraestrutura. A coordenação estatal deste fenômeno é característica central para compreender seu crescimento vertiginoso e seu foco em interesses convergentes com os do PCCh, entre eles a abertura de novos mercados para empresas chinesas, muitas com capacidade ociosa não planejada (CINTRA; PINTO, 2015).

A retração em esferas políticas e menor assertividade do governo Hu podem ser percebidas pelo discurso, no qual até a expressão “ascensão pacífica” foi substituída nos discursos oficiais pelo “desenvolvimento pacífico”, ou seja, eliminando as possíveis interpretações de agressividade de “ascensão” (SHAMBAUGH, 2013; ABAD, 2013; KISSINGER 2011). Os princípios de independência, defesa da soberania e demais alicerces desenvolvidos desde Zhou Enlai nunca deixaram de estar presentes na atuação internacional da China. Com os EUA, Hu inaugurou um período de relações com um padrão de “coexistência cooperativa”, o que representou uma mudança em relação à Jiang Zemin (KISSINGER, 2011)¹⁷.

Em sua obra “China Goes Global”, Shambaugh (2013) considera a China desse período uma potência “parcial”, por possuir influência global em muitos assuntos (comércio, por exemplo), mas influência e atuação limitadas em outras esferas. O autor considera que a China está na comunidade de nações, mas não está integrada normativamente. A diplomacia chinesa de então é “hesitante, avessa a riscos e estritamente interessada em si mesma”. O país era caracterizado pelo seu comportamento geralmente passivo quanto a questões globais, especialmente securitárias, adotando decisões pouco controversas ou mesmo se abstendo de posicionamento¹⁸. Seu próprio desenvolvimento econômico seria seu principal vetor de inserção

¹⁷ Jiang foi “o último presidente com que o principal assunto do diálogo sino-americano foi a própria relação” (KISSINGER, 2011, p. 468). Contudo, alguns pontos de discórdia não deixavam de abalar a relação sino-estadunidense, como disputas econômicas – a respeito do valor do renminbi, por exemplo – ou a respeito da nuclearização da Coreia do Norte – a China preferiu, por muito tempo, não assumir posições, afirmando que os EUA e a Coreia do Norte deveriam encontrar conciliação (KISSINGER, 2011).

¹⁸ Para o autor, a exceção desse comportamento é a atuação da China no “Six Party Talk”, grupo criado para tratar da questão da Coreia do Norte (SHAMBAUGH, 20013).

internacional. Por fim, Shambaugh (2013) atesta que considera a China como um ator global, porém não um ator diplomático global.

Segundo Wang (2011), a China de Hu continuaria a se focar em rápido crescimento econômico e a intensificação do seu padrão de crescimento acabou por exacerbar desequilíbrios da economia do país, os quais possuem origens nas primeiras reformas de Deng. Com a crise de 2008, tais desequilíbrios foram evidenciados, trazendo à tona a necessidade de reforma (YUE, 2013; LARDY, 2011; KROEBER 2016).

O período foi marcado, também, pela evolução das relações com a região, tanto economicamente como diplomaticamente, com grande aproximação com a ASEAN, com o Japão e Coreia (SHAMBAUGH, 2013). Além disso, a China se consolidou como a maior parceira comercial de diversos países pelo mundo inteiro. A China de Hu aumentou sua cooperação com a ONU, intensificou a liderança chinesa da OCX e contribuiu para a criação dos BRICS, mas sempre mantendo sua relutância em se comprometer demais (FERDINAND, 2016).

2.2 UMA GUINADA NA POLÍTICA EXTERNA: MAIOR ASSERTIVIDADE NA “ERA XI”

Mantendo um perfil de baixa assertividade na política externa, novas tendências foram percebidas ainda no final do governo de Hu Jintao (2003-2012), rumo uma atuação mais destacada e de maior iniciativa partindo da China. A mudança de estratégia internacional da China pode ser observada em diversos pontos nos aspectos político, econômico, ideológico e em discursos. Essas mudanças (e seus impactos no âmbito doméstico), assim como suas causas e consequências, serão debatidas nesta seção.

Na contramão do panorama descrito na chamada “Era Deng”, de 1978 até fins da década de 2000, a ascensão de Xi Jinping marcou uma mudança de postura do país, inaugurando o que pode ser caracterizado como “Era Xi”, que significaria uma nova fase de reformas e abertura econômica (JOHNSON, 2016; ROLLAND, 2017; HENDLER, 2017a). Como uma das teses deste trabalho, percebe-se que a nova tendência adotada por Xi é de uma China mais proativa e assertiva no âmbito internacional, ainda que muitas características típicas da diplomacia chinesa tenham sido mantidas.

Em artigo publicado na *Foreign Affairs* em 2011, Wang Jisi, importante acadêmico chinês e com relevante influência política, já percebia quatro características de uma nova “Grande

Estratégia da China”. A primeira seria o reconhecimento do governo de que a segurança é compreensiva, ou seja, inclui fatores econômicos, militares, políticos e outros não tradicionais¹⁹. A segunda transformação seria na diplomacia chinesa, que está se manifestando de forma mais multilateral e orientada por “questões”, ou temas globais e regionais, em vez de se pautar em relações bilaterais²⁰. Terceiro, o governo chinês estaria passando a se preocupar também com outras questões além do crescimento econômico, como questões ambientais, sociais e relacionadas à tecnologia²¹. A quarta e última tendência observada diz respeito aos valores da China e de sua capacidade de projetá-los. A percepção da liderança chinesa é de que é necessário melhorar a imagem internacional da China e seu “poder brando”²². Por fim, Wang afirma que nenhuma dessas transformações são irreversíveis, mas são tendências que devem impactar a estratégia da China no futuro próximo (WANG, 2011).

Essas mudanças percebidas por Wang (2011) são utilizadas nesse trabalho para se entender a transição para a posição internacional da China no governo de Xi Jinping. Este assumiu em novembro de 2012 como secretário-geral do PCCh e em março de 2013 como presidente, um processo relativamente mais rápido que seus antecessores (SHAMBAUGH, 2013). Como já notado por Wang (2011), a China passa a ter uma perspectiva mais abrangente e compreensiva das relações internacionais. Por exemplo, a política externa da China já não envolve apenas diplomacia e questões econômicas, mas também questões ambientais, culturais, militares, entre outros. Xi passa a mostrar maior assertividade ao ampliar o escopo da atuação chinesa, no ímpeto de reforçar e retomar o poder chinês nos âmbitos regionais e globais, mas de forma pacífica. Objetiva, assim, rejuvenescer a nação chinesa, superando o passado de humilhações que se seguiu à Guerra do Ópio (XI, 2014).

Nesse sentido, um dos pilares do seu governo, que baliza todas as demais políticas e reformas, é a realização do “Sonho Chinês”, ou o rejuvenescimento da nação chinesa. Embora esse conceito já estivesse presente do governo de Hu Jintao, foi no governo de Xi que ganhou proeminência. Destaca-se a face “internacional” do Sonho: a criação de uma “comunidade de

¹⁹ Assim, a China passa a dar mais importância para questões como terrorismo e operações de paz da ONU. Wang também discute as tensões que surgem entre os interesses político-militares e econômicos, por exemplo, entre os maiores parceiros econômicos estão os maiores adversários geopolíticos, EUA e Japão (WANG, 2011).

²⁰ Essas mudanças inclusive tornariam estas últimas em mais complicadas, já que incluiriam outros fatores nas relações entre países (WANG, 2011).

²¹ A diminuição da dependência externa via expansão do consumo doméstico e os problemas do sistema financeiro internacional também são fatores relevantes (WANG, 2011).

²² Isso se daria não apenas na cooperação baseada em interesses em comum, mas também no alinhamento de valores. (WANG, 2011).

destino compartilhado”, já mencionado na introdução. Segundo Xi Jinping, “a essência do sonho chinês reside na prosperidade e no fortalecimento do país, no revigoramento da nação e na felicidade do povo” (XI, 2014, p. 67).

Essa ideia tomou de certa forma o lugar da “sociedade harmoniosa” de Hu, na medida em que servia como ideologia que demonstraria a preocupação do partido com os ideais, aspirações e esperanças no povo chinês (FERDINAND, 2016). Esses conceitos são frequentes nos discursos de Xi. Um dos pontos mais relevantes quando se trata do sonho chinês é sua importância frente ao rebalanceamento da economia chinesa. Enquanto o padrão de crescimento da China até então pautava-se no crescimento acelerado, a percepção de desequilíbrios na economia doméstica ensejou em reformas que devem frear as elevadas taxas de evolução do PIB. Sendo a pujança da economia - as altas taxas de crescimento - um dos sustentáculos da legitimidade do PCCh desde Deng Xiaoping (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012), se faz necessário um novo alicerce da manutenção do partido, através do reforço do patriotismo. Dessa forma, Xi tem valorizado a legitimidade do partido através da relação entre o sonho chinês e o passado glorioso do país, ressaltando ideais nacionalistas (FERDINAND, 2016; XI, 2014)²³.

Há uma tentativa de atrelar esse objetivo amplo com a manutenção da centralidade e do PCCh e dos valores socialistas: “O sonho chinês é o significado central de manter e desenvolver o socialismo com características chinesas, revitalizando a nação e melhorando o bem-estar da população” (XI apud FERDINAND, 2016, p. 946). Esse objetivo converge com as duas metas centenárias: de, até 2021 (centenário da fundação do PCCh), ter o PIB per capita de 2010 dobrado; e transformar a China em um país moderadamente próspero, harmônico, democrático, civilizado e harmonioso até 2049 (centenário da fundação da RPC). A segunda meta corresponderia à realização do rejuvenescimento da nação chinesa²⁴ (XI, 2014).

²³ Essa ideia é evidente em discursos de Xi. A título de exemplo, “Para realizar o sonho chinês, devemos persistir no caminho do socialismo com base no patriotismo [...]” (XI, 2014, p. 67), ou “Primeiro, espero que vocês possam persistir no patriotismo. Ao longo da história milenar do desenvolvimento da nação chinesa, o patriotismo tem sido sempre a tônica vibrante e a força poderosa que estimulam o povo de todos os grupos étnicos do país a se autofortalecer e progredir constantemente (XI, 2014, p. 69).

²⁴ Há uma clara contraposição da ideia de “Sonho Chinês” com o clássico “Sonho Americano” (American Dream). Segundo Ferdinand (2016) e Callahan (2016), a elite chinesa assume a existência de “sonhos” de cada grande civilização. A visão chinesa é de que o Sonho Chinês é representado pelos ideais de uma sociedade justa, igualitária, soberana, com a prioridade do social sobre o indivíduo, entre outros. Já o Sonho Americano teria foco em princípios praticamente opostos, como a liberdade individual e o consumo. Dessa forma, o “Sonho Chinês” converge fortemente com o “Sonho Europeu”, principalmente nas ideias de multilateralismo, pacifismo, prioridade para o social, mas excluindo-se a ideia de direitos humanos.

Assume-se neste trabalho a importância das mudanças no panorama econômico e do entorno estratégico chinês como fundamentais para a transformação da estratégia de inserção internacional chinesa. Portanto, se discutirá as mudanças estruturais, notadamente no âmbito econômico e no âmbito estratégico que, se não causaram totalmente a mudança chinesa, acentuaram e aceleraram o processo²⁵.

Hendler (2017a) sugere que após a Era Deng, que viria desde 1978 até fins da década de 2000, estaria surgindo uma nova era do Partido Comunista, a Era Xi. Essa é marcada por um crescimento econômico mais lento e uma tentativa de rebalanceamento dos desequilíbrios da economia chinesa.

Se antes, na esfera econômica, o principal canal de atuação da China era o comércio, aparentemente houve uma grande complexificação das suas relações com o exterior a partir de 2008. Leonard (2016) sistematiza a modificação da atuação externa da China, na esfera econômica, através de um conjunto de ferramentas: comércio, investimento, serviços financeiros, internacionalização do Renminbi e integração logística (especialmente através da BRI).

Entende-se que essa tendência emergiu, principalmente, do estabelecimento da consciência do governo chinês acerca da saturação do seu padrão de crescimento. Com um modelo pautado em exportações e altas taxas de investimento interno, no momento em que um desses sustentáculos falha, a China fortalece o outro para impedir a queda abrupta de sua renda. Nessa linha, a reação chinesa à Crise Financeira Global, que afetou intensamente suas exportações, foi intensificar os investimentos domésticos. Em 2009, o investimento foi responsável por cerca de 92% do crescimento da economia chinesa (DAMAS, 2014). Assim, embora a China tenha com sucesso mantido taxas de crescimento importantes mesmo durante a crise, ocorreu uma intensificação dos desequilíbrios da economia chinesa. A partir de então, cada vez mais se percebia, através do discurso das lideranças chinesas, o ímpeto de reforma partindo das lideranças chinesas. A dúvida que ficava era se, de fato, as lideranças chinesas sacrificariam

²⁵ Para além das reformas discutidas neste trabalho (econômicas, diplomáticas, geopolíticas e estratégicas), o governo Xi vem se preocupando em lançar mão de uma série de reformas em outros campos. Foge do escopo deste trabalho uma análise de todas as mudanças pretendidas por Xi, mas importa salientar algumas. Destacam-se as das Forças Armadas e o combate à corrupção. Na questão militar, Xi fez reformas em busca de modernizar as forças, em torná-las mais profissionais e mais rápidas em possíveis reações. Além disso, promoveu troca de comandos importantes (TIEZZI, 2015) e centralizou ainda mais o poder militar em si. Já a campanha contra a corrupção levou à destituição de diversos oficiais, inclusive do alto escalão. Críticos afirmam que a campanha serviu a propósitos políticos, angariando legitimidade interna ao mesmo tempo que eliminava a oposição sob o discurso de que essa seria corrupta. (ECONOMY, 2017; LEUNG, 2015).

suas elevadas taxas de crescimento, um dos cerne de sustentação do PCCh, para construir um novo padrão mais sustentável de crescimento, ou se manteriam os mesmos estímulos à economia interna.

O principal constrangimento interno, nesse panorama, teria sido a disseminação clara de capacidade ociosa entre vários setores da economia. Essa situação inclusive engendrou na proliferação de temores a respeito da queda da produtividade e, inclusive de uma potencial crise financeira desencadeada por investimentos alavancados em crédito²⁶ que não trouxeram os retornos esperados. A CFG apenas intensificou esse quadro, com a reação anticíclica chinesa contendo relevantes incentivos ao setor de infraestrutura e ao mercado imobiliário. Como decorrência da crise e após atingir um patamar de desenvolvimento mais avançado, a China busca entrar em um “Novo Normal”, e isso envolve a mudança para um padrão de crescimento com menor participação do setor externo e maior do doméstico. Isso se daria aumentando a participação do consumo no PIB no longo prazo. Isso, além de diminuir a vulnerabilidade externa, também diminuiria a dependência do investimento doméstico.

Para contrabalançar essa tendência, uma das iniciativas chinesas aparentemente trata-se da “exportação” do capital excedente, através da intensificação de investimentos externos diretos em outros países. Tal movimento passou a se proliferar com a atuação de bancos como o Banco de Importação-Exportação da China e o Banco de Desenvolvimento da China. Segundo Hendler (2017b, p. 2, tradução do autor),

“a projeção político-econômica através do dirigismo estatal, em setores vitais como energia, infraestrutura, comida e tecnologia tem funcionado como um alívio para constrangimentos internos”.²⁷

Em suma, a estratégia de inserção da China, no vetor econômico, mudou consideravelmente desde 2008. Embora a China já estivesse aumentando sua importância nos fluxos de investimento internacional como país investidor, houve uma inflexão a partir da erupção da CFG. Primeiro, o aumento dos investimentos em economias emergentes - as quais, vale notar, perceberam um impacto da crise financeira global muito mais amortecido do que as

²⁶ Muitos desses investimentos foram realizados por governos locais, sendo, logo, a insolvência pública outro risco atrelado ao cenário posto.

²⁷ No original: “the political economy external projection through the state’s dirigisme in vital sectors like energy, infrastructure, food and technology has functioned as a relief for internal constraints”.

economias desenvolvidas. Em segundo lugar, os investimentos contaram com claro dirigismo estatal.

Nesse ponto, a estratégia de projeção externa através de uma rede de infraestrutura que conecta à China à Europa através da Ásia Central é central para compreender a nova atuação da China na esfera internacional. A BRI, uma das principais iniciativas externas atuais da China tem um grande enfoque econômico. A saturação de investimentos (diminuindo sua taxa de retorno) e a enorme capacidade ociosa, principalmente na indústria de construção, precisavam ser respondidos pelo governo, a fim de evitar uma quebra generalizada das empresas, e, conseqüentemente, o aumento do desemprego e instabilidade social. Alguns autores consideram a BRI, inclusive, como uma nova fase da política “Going Global” (JOHNSON, 2016), embora ela pareça representar mais que a busca por internacionalização das empresas chinesas. Aparentemente, ela é um vetor essencial para a estratégia de rebalanceamento da economia. Há uma enorme disponibilidade de capital chinês em busca de investimentos²⁸, e a BRI possibilita oportunidades úteis para canalizar esse capital, bem como recuperar taxas de retorno que já não são possíveis na China, onde haveria saturação de oportunidades de investimento (KROEBER, 2016). A relação entre as transformações da economia chinesa e a BRI será melhor analisada no segundo capítulo.

No campo geopolítico e estratégico, o período entre 2009 e 2013 viu mudanças significativas no padrão das relações internacionais da Ásia de até então. Uma região que era considerada relativamente pacífica assistiu o surgimento e o acirramento de diversas questões. Em 2010, ocorre uma série de tensões diplomáticas envolvendo a China, como por exemplo críticas à exercícios militares na Península Coreana e a prisão de pescadores chineses pelo Japão. Shambaugh (2013) afirma que essas tensões foram algo pontual e não de característica estrutural, ou seja, a existência e o acirramento de conflitos não eram uma tendência. Em 2011, há a mudança de postura do governo dos EUA e de seus aliados regionais, como o Japão. Os Estados Unidos, desde a declaração da Guerra ao Terror em 2001 e com a invasão do Iraque em 2003, tiveram seu foco divergido para a Ásia Ocidental, em detrimento da Oriental. Isso permitiu a

²⁸ A queda da taxa de juros dos EUA pode ser considerada aqui um fator importante. Como a China possui elevada quantidade de títulos públicos estadunidenses, a queda na sua taxa de rendimento enseja estudo de novas oportunidades de alocação de capital. Além disso, desatrelar seus rendimentos a ativos ocidentais parece outro atrativo para a nova estratégia chinesa (LUFT, 2016).

China expandir sua influência na região sem uma forte intromissão dos EUA (ARRIGHI, 2008). Segundo Arrighi (2008), a China foi, por isso, a principal vencedora da Guerra ao Terror.

Durante o primeiro governo de Barack Obama (2009-2013), os EUA adotaram um discurso de dar mais importância para a região Ásia-Pacífico. Assim, em 2009, a então secretária Hillary Clinton, em visita à Ásia anunciou que os EUA “estão de volta”. Em 2010, repetiu o discurso, afirmando que os EUA estão de volta para ficar (WANG; YIN, 2013). Em 2011, Clinton publica um artigo na revista *Foreign Policy* sobre o “Século do Pacífico da América”, considerado a delimitação do reajuste estratégico chamado “Pivô para a Ásia”²⁹. Nesse artigo, Clinton afirma que o foco estratégico dos EUA, com a retirada de tropas norte-americanas do Iraque e do Afeganistão, será a Ásia-Pacífico (delimitada geograficamente no seu artigo como envolvendo também o Oceano Índico). Clinton defende uma abordagem compreensiva, ou seja, que envolva questões estratégicas, diplomáticas, econômicas, securitárias (CLINTON, 2011). Assim, os EUA buscariam reafirmar sua liderança e presença no amplo conceito de “Ásia-Pacífico”: “Uma mudança estratégica para a região se encaixa logicamente em nosso esforço global para garantir e sustentar a liderança global da América” (CLINTON, 2011, tradução do autor)³⁰. A nova estratégia se basearia em parcerias bilaterais, em engajamento multilateral, presença militar, e promoção de direitos humanos e democracia (CLINTON, 2011). Além disso, também é citado a Parceria Trans-Pacífico (TPP, na sigla em inglês), como uma importante iniciativa para reforçar a conexão econômica da região (CLINTON, 2011).

A estratégia de Washington foi criticada por diversos autores, por justamente causar reações da China e a uma maior instabilidade regional - e global - (LUFT, 2016; ROSS, 2012). Por exemplo, acentuou-se disputas regionais com o Japão sobre a soberania sobre as ilhas Diayou (nome chinês)/Senkaku (denominação japonesa). As disputas territoriais no Mar do Sul da China também foram reforçadas, especialmente entre a China e países que se alinharam com os EUA na nova estratégia, como Filipinas e Vietnã (ROSS, 2012). Por fim, pode-se concluir que o Pivô

²⁹ a partir de 2012, a palavra Pivô foi substituída por “rebalanceamento” em discursos oficiais. Isso se deu para evitar desconfianças de aliados e parceiros, com o termo anterior, que denotava total prioridade para Ásia (WANG; YIN, 2013).

³⁰ No original: “A strategic turn to the region fits logically into our overall global effort to secure and sustain America’s global leadership.”

provocou justamente o oposto do que pretendia: “uma estratégia que deveria observar o aumento da China provocou sua combatividade e prejudicou sua fé na cooperação” (ROSS, 2012)³¹.

Nos últimos anos a China tem percebido um acirramento de diversas tensões em torno das suas fronteiras, muitas percebidas como consequência do Pivô dos EUA, já que envolvem diretamente seus aliados na região. Além das já citadas complexas situações com o Japão e no Mar do Sul da China, percebe-se uma escalada de tensões na Península Coreana (BRITES, 2016). No Mianmar, eclodiu um desastre humanitário após a ascensão de Aung San Suu Kyi. E em 2017, houve inclusive tensões militares entre a Índia e a China na fronteira, relembrando os conflitos na década de 60 entre os dois países (KALYANARAMAN; RIBEIRO, 2017). Assim, a China se vê cercada de conflitos e tensões, tanto com países da região como com os EUA.

Neste trabalho, toma-se a premissa de que o governo Xi Jinping adotou uma estratégia dual para responder a essa mudança no panorama estratégico asiático. Por um lado, reforçou as disputas geopolíticas e militares no Leste e no Sudeste da Ásia, enquanto buscou oportunidades livre de disputas no Oeste, atuando principalmente via economia e diplomacia. Essa segunda questão foi influenciada pelo artigo de Wang Jisi publicado no jornal chinês Global Times em 2012. Wang argumenta que a mudança do foco do Leste para o Oeste permitiria evitar confrontos com países da região e com os EUA, e, além de atuar em uma região que não interferiria diretamente com os interesses de outras potências, abriria uma margem de cooperação, já que existiria uma série de interesses em comum. Percebe-se, principalmente pela BRI, que o governo de Xi Jinping seguiu a estratégia proposta por Wang. Porém, ao mesmo tempo seguiu a estratégia contraindicada por ele: reforçou as disputas no Leste, principalmente no âmbito marítimo (CALLAHAN, 2016).

Duas características gerais se destacam na política externa de Xi. A primeira é a centralização e o direcionamento dos esforços para objetivos comuns, tendo consciência dos objetivos estratégicos chineses. A segunda é que a política externa foi declarada por Xi como “compreensiva”, ou seja, abarca mais fatores além da diplomacia, como fatores econômicos, militares, culturais, políticos. Essas ideias podem ser observadas nos conceitos lançados pelo governo chinês e que representam os pilares da nova política externa chinesa, baseado na cooperação ganha-ganha (CALLAHAN, 2016).

³¹ No original: “a strategy that was meant to check a rising China has sparked its combativeness and damaged its faith in cooperation.”

A nova política externa pode ser definida por três conceitos lançados pelo governo Xi: a “Nova Era na Relações entre Grandes Potências”, a “Diplomacia Periférica” e a BRI. O segundo conceito elenca os países vizinhos da China como prioridade (CALLAHAN; FERDINAND 2016), o que diverge das antigas prioridades dos líderes chineses: o foco nas relações com os EUA e com as grandes potências (SHAMBAUGH 2013). Assim, essa nova Diplomacia busca melhorar as relações com o entorno chinês, que em grande parte tem sido marcado por disputas e tensões. Os princípios elencados para obter esse fim são a amizade, inclusividade, reciprocidade, (XI, 2014). O primeiro meio seria a cooperação econômica, mas a China também dá grande importância para a cooperação securitária, que seria baseada na proposta de Xi para uma nova relação securitária na Ásia. Criticando o sistema de alianças que vigora atualmente, Xi propõe relações pautadas na parceria e no qual os asiáticos resolvessem seus próprios problemas. Por fim, Xi elenca que essa nova diplomacia é parte fundamental para a realização do Sonho Chinês e das metas centenárias. Ou seja, há uma relação explícita entre o projeto de Xi e o âmbito internacional (CALLAHAN, 2016; XI, 2014).

Aqui destaca-se a ideia de que conceito de Diplomacia Periférica envolve uma possível conotação de hierarquia. A ideia de “periferia” envolve necessariamente a existência de um “centro”. Assim, a China estaria se imaginando como centro dessa ordem, uma ordem regional que teria semelhanças com o antigo “Sistema tributário”, a ser discutido melhor no terceiro capítulo. Além disso, incluindo a questão securitária nesses projetos, a China também tenta desmanchar a ordem regional atual, baseada na proximidade de países em termos econômicos com a China e nas questões securitárias com os EUA. Assim, a China tenta ser também o “centro” securitário da região, algo que remonta à ideia de “Ásia para Asiáticos” (CALLAHAN, 2016).

A política externa do governo Xi Jinping também transformou a posição da China em relação à proatividade na ordem internacional. Antes a China era uma “rule-taker” (tomador de regras), ou seja, aceitava as regras do regime internacional moldado pelas potências ocidentais, tendo pouca participação na criação e transformação de novas regras. Com a criação do AIIB, do NDB e o papel de liderança na iniciativa BRI, a China assume uma posição de “rule-maker” (criador de regras). Ou seja, demonstra uma maior proatividade na criação/reformulação de regimes internacionais. Isso demonstra um forte contraste com a China pré-2010, a qual tomava poucas vezes o papel de líder em projetos ou instituições internacionais (FERDINAND, 2016). A

China buscaria também aumentar sua influência moral sobre outros países, se colocando como uma nação pacífica, que preza pelo desenvolvimento dos outros, que não interfere nos assuntos domésticos de outros Estados (CALLAHAN, 2016).

Isso ajuda também a responder às críticas frequentes das potências ocidentais, notadamente dos EUA, de que a China não assume responsabilidades internacionais correspondentes com suas capacidades, ou seja, que a China pegava “carona” no regime, recebendo benefícios com pouco esforço (ABAD, 2013). Com Xi Jinping, há uma mudança nesse panorama. A título de exemplo, salienta-se que há maior participação de tropas chinesas nas missões de paz da ONU, principalmente na África, atualmente sendo o membro permanente do Conselho de Segurança que mais contribui para tais operações.

No 13º Plano Quinquenal chinês, lançado em 2015 e no qual são definidas as diretrizes e objetivos para os cinco anos seguintes (2016-2020), há um capítulo específico sobre a atuação da China na governança econômica internacional. Destaca-se principalmente a expressão “atuação ativa”, marcando no discurso a tese de que haveria significativa mudança na estratégia chinesa de inserção internacional. Além disso, diversas seções do plano ressaltam o papel da BRI no que diz respeito a desenvolvimento, abertura econômica, zonas de livre comércio, entre outros pontos (CHINA, 2015b). Se anteriormente a responsabilidade internacional da China resumia-se a cuidar de si mesmo – representando um quinto da população mundial, essa tarefa por si só já se convertia em uma responsabilidade “global” -, agora a China já assume, na prática e no discurso, que pode e deve começar a atuar mais proativamente em questões de cunho regional e global (JOHNSON, 2016).

As novas instituições financeiras criadas com a iniciativa chinesa são vistas como uma prova dessa nova estratégia chinesa. Além de mostrar o descontentamento chinês com a atual ordem financeira global, algo sempre presente em discursos, demonstra a assertividade e a proatividade chinesa. Assim, se analisará esse ponto, já que se relaciona fortemente com o foco deste trabalho, a BRI, e fundamental para a nova estratégia chinesa.

2.3 ASSERTIVIDADE E REFORMA INSTITUCIONAL: O COMANDO DE NOVAS INICIATIVAS

As mudanças citadas na seção anterior refletem-se diretamente da atuação internacional chinesa no campo institucional. Emerge uma clara postura reformista do sistema financeiro mundial, mais assertiva depois da crise de 2008. A ascensão do G-20 e a recusa das potências ocidentais, principalmente os EUA, de reformar as instituições financeiras a fim de que correspondam com as mudanças na realidade global, passam a encontrar iniciativas concretas da China como reação.

As instituições financeiras controladas pelos países desenvolvidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), apresentam grandes problemas na distribuição de votos e na capacidade de atualização das participações. O BM recentemente realizou uma grande reforma em seu sistema de distribuição de votos, favorecendo os países emergentes, mas não foi suficiente para corrigir as discrepâncias das economias emergentes com sua participação no processo decisório. Por exemplo, apesar da China ter seus votos aumentados de 2,78% para 4,83% do total nos últimos 10 anos -se tornando o terceiro maior poder de voto-, esse número ainda não reflete o crescimento econômico chinês (STRAND; FLORES; TREVATHAN, 2016).

Essa situação é também evidenciada no episódio da reforma do FMI, pauta fundamental para a China e recusada até dezembro de 2015 pelo Congresso dos EUA³². O maior aumento foi da China, que passou de 3,81% para 6,16%, mas a mudança ainda não reflete, por exemplo, a distribuição do PIB global. Além disso, tirando Brasil, China, Rússia e Índia, os demais países que não fazem parte da OCDE viram seu poder de voto ser diminuído no agregado. Os EUA seguem tendo capacidade de veto em algumas decisões, por possuírem 16,5% do poder de voto, e os países da OCDE ainda possuem maioria absoluta (63%) (WEISBROT; JOHNSTON, 2016). “Ainda há significativa sobre-representação desses países, comparado com sua participação na economia global” (WEISBROT; JOHNSTON, 2016, p. 5). Adicionalmente, segundo os autores, o caminho mais provável, dado o caráter insuficiente das reformas, é a progressiva perda de representatividade do fundo nos fluxos financeiros globais.

A principal reação da China tem sido, de forma proativa, o lançamento de iniciativas que podem mudar a configuração da arquitetura financeira regional e global. Nesse ponto, o principal destaque vai para o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês),.

³² Com essa reforma, discutida há mais de 20 anos, objetivava-se uma melhor distribuição dos direitos de voto da instituição, a fim de ajustá-la à nova realidade global, que mudou significativamente desde 1945. Embora a reforma tenha sido aprovada no início de 2016, afirma-se que na realidade pouco mudou.

O AIIB foi criado em outubro de 2014, com capital inicial projetado em US\$ 100 bilhões, com as maiores participações de China, Índia e Rússia. O principal objetivo elencado é superar a insuficiência de investimentos de infraestrutura na Ásia, para fomentar uma melhor conectividade regional por vias aéreas, terrestres e marítimas (MISHRA, 2016). O banco caracterizou-se pela rápida entrada de membros. O AIIB conta 80 membros, com grande parte sendo de países extra regionais. Destaca-se que mesmo aliados dos EUA, como Reino Unido e Austrália já aderiram ao Banco, mesmo com expresso descontentamento estadunidense (MISHRA, 2016; PAUTASSO, 2015).

Entretanto, mais que mero amparo financeiro à BRI, o AIIB surge também como materialização, no âmbito financeiro, da inflexão da política externa chinesa que marca a ascensão de Xi ao PCCh. Dessa forma, vai ao encontro da maior assertividade chinesa na política regional buscada por Xi, assentada na busca mais ampla de multipolarização do poder global.

Nessa linha de argumentação, Pautasso (2015) coloca a emergência do AIIB como reflexo da crescente centralidade asiática para a economia global, sendo seu “renascimento” situado na China. Segundo o autor, as instituições centradas nos EUA e no Japão já não refletem de maneira fidedigna a realidade asiática e mundial. A importância do FMI para a liderança financeira dos EUA, representando pilar importantíssimo de sua supremacia global, explica sua rigidez quando se trata de reformas nos percentuais de votos. Somada à estrutura fixa do Banco Mundial, tem-se um padrão engessado da configuração de poder na esfera econômico-financeira global. Tendo em vista que a China já é a segunda economia do mundo, a primeira em termos de paridade poder de compra, bem como a crescente importância de economias emergentes nas trocas globais, a representatividade destes órgãos mostra-se cada vez mais anacrônica. Nesse contexto, a emergência de novas instituições financeiras que se propõe a contestar o status quo destes organismos podem ser consideradas uma das faces da insatisfação de economias emergentes com o cenário apresentado. A China, sem dúvidas entre as economias emergentes aquela com maior capacidade financeira, destaca-se por liderar duas das maiores materializações desta reação, o AIIB e o Banco dos BRICS (Novo Banco de Desenvolvimento).

Já no ADB, fica ainda mais claro a discrepância entre poder econômico real e participação no processo decisório. A China, apesar de ter aumentado seu número de votos, teve seu poder relativo diminuído - de 5,57% do total em 2005 para 5,45% em 2015-, enquanto o Japão e os

EUA mantiveram o controle, com 12,79% cada, e portanto, domínio das decisões da organização (STRAND; FLORES; TREVATHAN, 2016).

Autores como Kroeber (2016) criticam as possibilidades dessas novas instituições de mudarem realmente a estrutura internacional. Grande parte do poder e influência de instituições como o FMI e o BM não vêm do dinheiro, mas sim de sua produção intelectual e de sua função como provedor de dados. Assim, para a China e outros emergentes realmente mudarem “as regras do jogo”, o dinheiro não é o único critério.

Entretanto, não é só a distribuição de poder dentro dessas instituições as razões dos protestos da China e de outros emergentes. Essas instituições são percebidas como defensoras dos interesses dos países desenvolvidos (EUA, OCDE) e do capital internacional. Por exemplo, o BM barrou uma série de projetos chineses - apenas 40% dos requisitados foram aprovados - por uma série de motivos, como questões ambientais. O ADB por sua vez, devido à influência dos EUA, aprovou apenas metade dos projetos da China (STRAND; FLORES; TREVATHAN, 2016). Além disso, também se destacam as condicionalidades de muitos desses empréstimos, principalmente por parte do FMI. Esses exigem reformas internas de cunho neoliberal (austeridade fiscal, política monetária contracionista) em troca de auxílio financeiro. Isso acaba por diminuir a autonomia de países em dificuldades, aumentando sua dependência em relação à instituição e a quem a controla - EUA e outros desenvolvidos (CHANG, 2009; PAUTASSO, 2015).

O AIIB, neste contexto, conjuga o progressivo anacronismo das instituições financeiras tradicionais, o descontentamento das economias emergentes em relação a estas e a recente assertividade chinesa, aproveitando importante janela de oportunidade. A própria CFG contribuiu para isso, uma vez que a crise nos países centrais abriu espaço para emergência de alternativas lideradas por países em desenvolvimento, cujo crescimento, no geral, embora também afetado, mostrou-se mais estável no contexto pós-crise. O AIIB pretende-se um banco diferenciado principalmente por renovar o reflexo ordenamento global na instituição financeira. Para a China, reflete a visão do papel que possui na governança global, sendo que o AIIB, em conjunto com a BRI, demonstra a intenção de Xi Jinping em contestar, pelo menos em alguma medida, a ordem internacional vigente (MISHRA, 2016; STRAND; FLORES; TREVATHAN, 2016). Além disso, não prevê cobrança de condicionalidades internas tão rigorosas para aprovar empréstimos, além

de se propor a utilizar procedimentos de votação aparentemente mais justos que o ADB e o BM (STRAND; FLORES; TREVATHAN, 2016).

A liderança chinesa desse movimento deve-se a sua já conquistada influência regional e global, bem como ao tamanho de sua economia e de suas reservas - cerca de US\$ 4 trilhões -, somado à sua centralidade nas trocas globais. Adicionalmente, seu papel crescente de credora internacional e os cada vez mais relevantes fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos liderados por empresas chinesas pautam esta liderança (PAUTASSO, 2015).

A internacionalização do Renminbi, nessa linha, tem se mostrado como fenômeno cada vez mais relevante na arquitetura financeira global. A possibilidade da utilização da moeda chinesa nos contratos firmados para a BRI, bem como em parte dos empréstimos a serem realizados através do AIIB atestam o potencial de crescimento de importância da moeda. Recentemente, vale adicionar, o Renminbi foi adicionado ao rol de moedas mais importantes do mundo, ao integrar a cesta de moedas de reserva do FMI (TAPLIN, 2016). Logo, a liderança financeira por parte da China é reforçada pela importância crescente que sua moeda aparentemente terá para as trocas internacionais e movimentos financeiros nos próximos anos, embora não se possa considerar a possibilidade de substituição do dólar (CINTRA; PINTO, 2015). Este movimento, conjugado aos fenômenos citados anteriormente, atestam a vontade chinesa de cada vez mais conquistar autonomia em relação à arquitetura financeira tradicional centrada nas potências ocidentais (PAUTASSO, 2015). Salienta-se que, quanto mais a China desvincular suas trocas e seus fluxos ao dólar, menos dependerá da aquisição de títulos estadunidenses para assegurar suas reservas, o que tem potencial de lhe assegurar cada vez mais autonomia na esfera financeira, cujo domínio do dólar ainda é incontestado (CINTRA; PINTO, 2015).

Dessa forma, dado o disposto, percebe-se que o AIIB, à semelhança da iniciativa chinesa de liderar a BRI na Ásia, funciona como movimento reativo e ativo da China em relação às tendências domésticas, regionais e globais. Reativo, porque a emergência de novos bancos de desenvolvimento não dominados por Estados Unidos e Japão foi fruto da insuficiência e lentidão das reformas de distribuição de poder dentro das instituições de Bretton Woods. Ativo, porque é clara manifestação da crescente assertividade que Xi Jinping vem buscando atestar quanto ao papel da China para a região e para o mundo. Embora não se possa afirmar com tamanha antecedência que está em curso uma reforma completa da arquitetura financeira global,

sem dúvida os fenômenos liderados pela China neste sentido colocam em cheque a dominância até então incontestável dos países desenvolvidos (principalmente EUA) dos mecanismos financeiros internacionais.

No capítulo seguinte, se discutirá mais profundamente a BRI, que representa muito das mudanças percebidas na estratégia chinesa abordadas neste trabalho. O fato da China se propor a liderar uma iniciativa do tamanho da BRI demonstra a maior atuação propositiva no âmbito internacional, assim como sua tendência a assumir mais riscos, atuar na criação de regras da governança global e propor um projeto de integração regional próprio. Da mesma forma que a BRI representa essas mudanças, ela também é uma peça fundamental dessa nova estratégia.

3. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA: CONCEITO E PRINCIPAIS ASPECTOS ENVOLVIDOS

Esse capítulo buscará tratar do principal objetivo desse trabalho: compreender a Nova Rota da Seda em suas mais diversas facetas. A Iniciativa possui uma definição ampla e difusa, e a limitação de seu escopo em algum tipo de conceito é tarefa árdua e talvez impossível, dada a diversidade de informações e o caráter conjuntural desse evento. Dessa maneira, esse capítulo tentará traçar um panorama de quais são as principais visões divulgadas atualmente sobre a iniciativa chinesa, bem como quais são seus objetivos, riscos e principais aspectos envolvidos. Para isso, inicialmente se debaterá o conceito da Rota da Seda; a partir daí, busca-se compreender como ela tem atuado e pretende atuar na região, tanto no que diz respeito a sua expansão como espécie de organização, como no que tange à sua expansão física; ainda, busca-se compreender os principais aspectos concernentes ao financiamento dessa estratégia; por fim, busca-se realizar uma ampla sistematização dos objetivos da BRI como estratégia chinesa, além de se cobrir brevemente quais são os principais desafios e riscos envolvidos na Iniciativa.

3.1 A CONCEITUALIZAÇÃO DA BRI

Como discutido na introdução, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês) é a junção de dois projetos: o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI. Os dois conceitos foram lançados em 2013, sendo o primeiro em discurso do presidente chinês Xi Jinping no Cazaquistão em setembro e o segundo no parlamento da Indonésia em outubro (JUNXIAN; YAN, 2016). Segundo o documento que estabelece as diretrizes gerais da BRI, intitulado Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Econômica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI (doravante “Documento de Visão e Ações”), publicado em 2015, a “Rota” prevê uma conexão marítima que conectaria a China ao Sudeste Asiático, ao Oceano Índico e à Europa. Já o “Cinturão”, conexão terrestre, prevê a construção de uma “nova Ponte Continental da Eurásia” e o desenvolvimento de corredores econômicos: China-Mongólia-Rússia; China-Ásia Central-Ásia Ocidental; e China-Península da Indochina. Também se ressalta que os corredores econômicos China-Paquistão e o Bangladesh-China-Índia-Myanmar são relacionados à BRI, muitas vezes considerados inclusive parte integrante da mesma (CHINA, 2015a).

Desde seu lançamento, a iniciativa é frequentemente citada em discursos e documentos oficiais do governo da China. Ela é considerada por muitos autores como o projeto principal da política externa do governo de Xi Jinping. Por exemplo, a BRI é mencionada diversas vezes no 13º Plano Quinquenal da China, sendo, logo, fator central para o planejamento econômico da China para o período 2016-2020 (CHINA, 2015b). A iniciativa é referida como parte importante do desenvolvimento da parte ocidental do país, bem como principal fator para a continuação da abertura da economia. Ela também é citada na Constituição do Partido Comunista Chinês (XINHUA, 2017b).

Não existe um conceito único e taxativo capaz de abarcar tudo que a BRI significa para o país e para a região. A BRI é extremamente abrangente, uma vez que envolve questões diplomáticas, geopolíticas, econômicas, culturais, dentre outras. No discurso que introduziu o conceito de Cinturão Econômico da Rota da Seda, em 2013, Xi Jinping elencou cinco pontos de cooperação regional, os quais seriam o foco do projeto: facilitação do comércio, incremento da circulação monetária, intercâmbio entre povos e conectividade (XI, 2014).

Apesar de o governo chinês elencar princípios, objetivos e meios - de forma abrangente e vaga - não há uma definição clara do que BRI é ou se propõe a ser (CHINA, 2015a). Inclusive, afirma-se que esse caráter vago é proposital, a fim de possibilitar que o escopo e abrangência da iniciativa sejam flexíveis o suficiente para se adaptar aos objetivos chineses com a mesma, conforme evoluírem. Além disso, “[a] fluidez do conceito pode ser sua própria vantagem por não vincular seus membros a alianças políticas de longo prazo nem expô-los às contradições que inevitavelmente emergirão” (HENDLER, 2017b). O próprio Documento de Visão e Ações estabelece que a BRI é um processo aberto e plural, e que a China deverá trabalhar com os parceiros para melhorar seu conteúdo e modo de atuação, construindo a iniciativa em conjunto. Segundo esse documento, a BRI deve possibilitar a cooperação de benefício mútuo, que eleve os níveis de confiança e de trocas na região. Além disso, os países que integram a BRI

“precisam melhorar a infraestrutura da região e implementar uma rede segura e eficiente de passagens terrestres, marítimas e aéreas, elevando sua conectividade para um patamar superior; aumentar ainda mais a facilitação de comércio e investimento, estabelecer uma rede de áreas de livre comércio que atinjam padrões elevados, manter vínculos econômicos mais próximos e aprofundar a confiança política; melhorar os intercâmbios culturais; encorajar diferentes civilizações para aprender uns dos outros e florescer

juntos; e promover a compreensão mútua, paz e amizade entre pessoas de todos os países”(CHINA, 2015a).³³

O Documento de Visão e Ações elenca regiões prioritárias (África, Europa e Ásia) para a BRI, mas salienta que todas as regiões poderão ser incluídas (CHINA, 2015a). Além disso, Pequim nunca definiu especificamente os países que integram a BRI. Um relatório chinês elencou 65 países³⁴, que juntos seriam responsáveis por 62% da população mundial e 38,5% da cobertura terrestre (CHIN; HE, 2016). O próprio presidente do AIIB, Jin Liqun, afirmou que “há 40 ou mesmo 50 países que são abarcados na definição pela área de “Um Cinturão, uma Rota” [BRI]. Mas “Um Cinturão, Uma Rota” não tem descrição geográfica: é muito difícil de definir.”³⁵ (JIN apud WRIGHT, 2017). O documento central da BRI também elenca uma série de setores que devem ser prioridades na cooperação. Porém, esses setores incluem desde energia nuclear à farmácia biomarinha (CHINA, 2015a); ou seja, a gama de setores abarcados é muito ampla, o que dificulta a identificação de prioridades de fato. Esses fatores (amplitude do conceito e discurso vago) dificultam a análise da iniciativa como um todo, pois, além de ser muito ampla, há diversas divergências sobre seus objetivos, a área geográfica abarcada e os projetos que farão parte da BRI.

Dessa maneira, o que é possível analisar são as características gerais de tal projeto. Segundo o Documento de Visão e Ações, a BRI segue as tendências de um mundo cada vez mais multipolar, globalizado economicamente e culturalmente diversificado. Ela busca garantir o regime de livre comércio global e uma economia mundial aberta (CHINA, 2015a). Os cinco pontos elencados como aspectos basilares da BRI pelo Documento de Visão e Ações são: coordenação de políticas, conectividade, comércio desimpedido, integração financeira e conexão entre pessoas (CHINA, 2015a).

³³ No original: To be specific, they need to improve the region's infrastructure, and put in place a secure and efficient network of land, sea and air passages, lifting their connectivity to a higher level; further enhance trade and investment facilitation, establish a network of free trade areas that meet high standards, maintain closer economic ties, and deepen political trust; enhance cultural exchanges; encourage different civilizations to learn from each other and flourish together; and promote mutual understanding, peace and friendship among people of all countries.”

³⁴ Seriam esses países: China, Mongólia, Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Timor-Leste, Vietnã, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Catar, Arábia Saudita, Palestina, Síria, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Montenegro, Polônia, Romênia, Rússia, Servia, Eslováquia, Eslovênia, Turquia e Ucrânia (CHIN; HE, 2016).

³⁵ No original: “There are 40 or even 50 countries which fall in the One Belt, One Road area. [...] But One Belt, One Road has no geographical description: it is very hard to define.”

Além disso, relata-se que a BRI é uma “positiva exploração de novos modelos de cooperação internacional e governança global, dando uma nova energia positiva à paz e ao desenvolvimento mundial”³⁶ e que a China “tem toda a vontade de assumir mais responsabilidades e deveres dentro do alcance das suas capacidades e dar maiores contribuições para o desenvolvimento pacífico da humanidade.”³⁷ (CHINA, 2015a). Ou seja, isso demonstra as características anteriormente discutidas do governo Xi: a liderança chinesa no âmbito internacional, atuando para criar novos modelos de governança global, ou seja, com maior influência na criação e gerenciamento das regras, e assumindo maiores responsabilidades conforme suas capacidades. A BRI tem seus princípios alinhados com os da Carta da ONU e os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica³⁸. A iniciativa também se considera aberta para cooperação, harmoniosa e inclusiva, orientada pelo mercado - seguindo suas regras e padrões internacionais -, e que busca o benefício mútuo para as partes envolvidas (CHINA, 2015a).

Dessa forma, pode-se inferir que o objetivo oficial do governo, de forma resumida, é a busca por desenvolver a região através do aprofundamento da cooperação econômica, com o primeiro passo sendo o aumento da conectividade, principalmente via infraestrutura, o que seria seguido de áreas de livre comércio e de cooperação em investimento. Salienta-se que a China objetiva fazer isso aproveitando-se das instituições, acordos e redes de infraestrutura já existentes, fazendo além dos esforços de criação, um relevante trabalho de coordenação do que já existe, a fim de se construir a “comunidade do destino compartilhado”. Esse conjunto de iniciativas levariam a uma maior confiança política, possibilitando o aumento das relações entre os povos de diferentes países e civilizações (CHINA, 2015a). O quadro de cooperação possibilitado demonstra a grande importância que a iniciativa dá para a relação entre os países membros, em detrimento da criação de uma organização específica para gerenciar a iniciativa, como fizeram projetos de integração e cooperação como a União Europeia ou a Organização Mundial do Comércio. Nessa linha, em que a baixa institucionalidade enseja uma cooperação

³⁶ No original: “it is a positive endeavor to seek new models of international cooperation and global governance, and will inject new positive energy into world peace and development.”

³⁷ No original: “China is committed to shouldering more responsibilities and obligations within its capabilities, and making greater contributions to the peace and development of mankind.”

³⁸ São eles: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial uns dos outros, ausência de agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos uns dos outros, igualdade e benefício mútuo e convivência pacífica (CHINA, 2015a, tradução do autor). No original: mutual respect for each other's sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, mutual non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence.

mais direta entre os governos, podem-se verificar semelhanças entre os princípios adotados pela BRI com os de instituições asiáticas como a OCX e a ASEAN.

Para a construção da BRI, são estabelecidos alguns mecanismos para a cooperação. Primeiro, o fortalecimento das relações bilaterais, que devem tratar de diversos fatores e incluir Memorandos de Entendimento, desenvolvimento de projetos conjuntos e múltiplos canais de comunicação. Segundo, a utilização das instituições regionais existentes, como a OCX, o ASEAN Plus China (10+1), a APEC e a Conferência sobre a Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (CICA, na sigla em inglês). Outros fóruns e feiras internacionais também são citados, como o Fórum de Boao para Ásia (CHINA, 2015a).

A OCX aqui talvez seja a principal instituição no que tange ao gerenciamento da BRI. A China defende a criação de um mecanismo de financiamento próprio da OCX, que poderia atuar dentro da BRI. A organização já afirmou que alinhará suas estratégias de desenvolvimento com a iniciativa, e a Rússia já concordou em integrar o “Cinturão” na União Econômica Eurasiática através da OCX (ZIMMERMAN, 2015)³⁹. Assim, “Pequim parece ver a OCX como um mecanismo primário para reunir apoio regional para suas iniciativas, uma vez que a organização procura cada vez mais desempenhar um papel maior nos assuntos globais” (ZIMMERMAN, 2015, p.8, tradução do autor)⁴⁰.

Ponto crucial a ser destacado dessa iniciativa é sua relação intrínseca com a antiga Rota da Seda, seja pelo nome, seja pela região abarcada. Independente do nome, a estratégia chinesa já seria grandiosa econômica e diplomaticamente, bem como atrairia atenção e apoio por si só. Mas a utilização do nome “Rota da Seda” agrega ao projeto, como afirma Bhoothalingam (2016, p. 48, tradução do autor):

“[...] o uso do nome ‘Rota da Seda’ trouxe toda uma nova dimensão. Não só a China invocou o romance e a memória da velha Rota da Seda, mas também acrescentou sua visão de uma nova modernidade - da livre circulação de bens, serviços, pessoas e ideias, da ‘prosperidade comum’ e ‘um futuro econômico compartilhado’. A cooperação e a união - dizia-se - substituiria a competição e os jogos de poder.”⁴¹

³⁹ Além disso, a entrada da Índia e do Paquistão na instituição em 2016 demonstra que há relevante movimento de expansão da mesma, e que mesmo países com tantas divergências podem preteri-las a fim de congregar seus interesses com a organização (KALYANARAMAN; RIBEIRO, 2017).

⁴⁰ No original: “Beijing appears to view the SCO as a primary mechanism to rally regional support for its initiatives as the organization increasingly looks to play a greater role in global affairs”.

⁴¹ No original: “[...] the ‘Silk Road’ brand name brought in a whole new dimension. Not only had China invoked the romance and memory of the old Silk Road but had also added its vision of a new modernity—of free-flowing goods

A antiga Rota da Seda não era só uma Rota, e nem se movimentava só Seda. Como mostra Bhoothalingam (2016), o conceito “Rota da Seda” foi cunhado por Ferdinand von Richthofen no Século XIX, ou seja, um período muito posterior à existência da mesma. O conceito representaria um “mosaico” de rotas dos últimos milênios, nas quais um dos principais produtos comercializados era a Seda. Contudo, Bhoothalingam (2016) ressalta a multiplicidade de produtos - como marfim, ouro e chá - trocados através dessa rede; além disso, ressalta a troca de ideias que a Rota possibilitava. Um dos pontos centrais da ideia de “Rota da Seda” é que a China é sempre uma das pontas das diferentes rotas, seja origem ou destino, enquanto a outra poderia ser a Europa, Índia e Pérsia (BHOOTHALINGAM, 2016). Isso é importante por ressaltar o fato de que, independente da trajetória que integra esse complexo conceito, ela deverá apontar para a China, dada sua importância econômica, populacional e política; o país parece ser, de certa forma, um centro gravitacional da região.

Bhoothalingam (2016) afirma, ainda, que a Rota da Seda era uma espécie ferramenta que possibilitava uma globalização da era pré-moderna. Um dos melhores exemplos disso foi no Século XIII, com o Império Mongol, que, apesar de relativamente breve, conseguiu unir grande parte da Eurásia e estabeleceu a maior zona de livre comércio da história, além da conexão de infraestrutura, serviços e bens. Referências ao passado são constantemente utilizadas por Xi Jinping em seus discursos se referindo ao projeto; ainda, afirma-se que se deve incentivar as referências ao legado e à história da antiga Rota da Seda (CHINA, 2015a; XI, 2014).

Outra parte importante da análise da escolha do nome dado a essa iniciativa se refere à utilização frequente do conceito de “corredor econômico” nos documentos e discursos referentes à BRI. Segundo um relatório do ADB de 2013, não há uma definição consensual do que é um “corredor econômico”, mas entende-se que seu conceito envolve muito mais do que uma mera rota de conexão:

“Corredores econômicos conectam agentes econômicos ao longo de uma geografia definida. Eles fornecem conexão entre nós econômicos ou hubs, geralmente centrados em paisagens urbanas, em que grande quantidade de recursos econômicos e atores estão concentrados. Eles vinculam os lados da oferta e demanda dos mercados. [...] Os corredores econômicos não são meras conexões de transporte ao longo das quais as

and services, people and ideas, of ‘common prosperity’ and ‘a shared economic future’. Cooperation and togetherness—it was said—would replace competition and power-play.”

pessoas e os bens se movem. Os corredores econômicos são parte integrante do tecido econômico e dos atores econômicos que o cercam. Os corredores econômicos não estão gerando benefícios econômicos significativos isoladamente, mas precisam ser analisados como parte de redes econômicas integradas, como cadeias de valor e redes de produção globais e regionais” (BRUNNER, 2013, p. 1, tradução do autor).⁴²

No que diz respeito ao ineditismo dessa iniciativa, é essencial salientar que o governo de Xi Jinping não foi o primeiro a propor mecanismos de cooperação regional focados na conectividade da Ásia Central (JUNXIAN, 2016). Outros países já propuseram suas próprias iniciativas de integração regional, como a Rússia com a União Econômica Eurasiática, ou até mesmo propostas do Cazaquistão para incrementar a conectividade da região. Xi não foi nem mesmo o primeiro a utilizar a ideia de uma “Nova Rota da Seda”. Em 2011, os EUA lançaram a Iniciativa Nova Rota da Seda⁴³, com o objetivo de conectar, com infraestrutura de transporte e energética, a Índia e o Paquistão à Ásia Central através do Afeganistão (ZIMMERMAN, 2015). Essa iniciativa foi percebida pela China e outros países como um meio de os EUA de manter a influência na região, mesmo desengajando suas tropas do Afeganistão. A proposta dos EUA também relacionava a ideia de que o desenvolvimento via investimento traria estabilidade securitária para a região (ZIMMERMAN 2015). Contudo, há notáveis diferenças entre essas iniciativas e a BRI, a qual se propõe muito mais ampla, por exemplo, e cujos alicerces em cooperação regional parecem mais importantes (JUNXIAN, 2016).

Dentre os aspectos basilares da BRI, a conectividade via infraestrutura é a prioridade na da China atualmente (JUNXIAN, 2016; JOHNSON, 2016). Como afirma o Documento de Visão e Ações, os projetos de conectividade vão ajudar a coordenar as políticas de cooperação e de integração econômica:

“A conectividade física é uma área prioritária para implementar a Iniciativa. Com base no respeito das preocupações de soberania e segurança de cada um, os países ao longo do Cinturão e Rota devem melhorar a conectividade de seus planos de construção de infraestrutura e padrões técnicos de sistemas, avançar conjuntamente para a construção de estradas internacionais e formar uma rede de infraestrutura que conecte todos as sub-

⁴² No original: “Economic corridors connect economic agents along a defined geography. They provide connection between economic nodes or hubs, usually centered on urban landscapes, in which large amount of economic resources and actors are concentrated. They link the supply and demand sides of markets. [...] Economic corridors are not mere transport connections along which people and goods move. Economic corridors are integral to the economic fabric and the economic actors surrounding it. Economic corridors are not generating significant economic benefits in isolation, but rather they have to be analyzed as part of integrated economic networks, such as global and regional value chains and production networks.”

⁴³ Ver mais em Zimmerman (2015).

regiões da Ásia e entre a Ásia, a Europa e a África, passo a passo” (CHINA, 2015a, tradução do autor)⁴⁴.

A inclusão direta da infraestrutura como um dos pontos centrais para a integração é o que a difere de outras organizações e mecanismos de cooperação internacional (HUANG, 2016). Com isso em mente, discutir-se-á a seguir as principais tendências e projetos de infraestrutura englobados pela BRI, envolvendo ferrovias, estradas, oleodutos, portos, estações logísticas, cabos de fibra ótica, dentre outros.

3.2 A BRI NA PRÁTICA: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PROJETOS ENVOLVIDOS

No que diz respeito a projetos de infraestrutura, a vanguarda da iniciativa é a malha ferroviária, a qual deverá criar uma conexão física entre os países envolvidos, a fim de facilitar não só a cooperação econômica, mas também a diplomática (SHEPARD, 2016a). Em 2015, apenas cerca de 3% do comércio entre o Leste Asiático e a Europa era feito via ferrovias (SÁRVÁRI; SZEIDOVITZ, 2016). Isso representa tanto uma superdependência da China em relação às rotas marítimas (SÁRVÁRI; SZEIDOVITZ, 2016), quanto coloca as ferrovias como um meio pouco explorado na região, havendo espaço para aumentar tanto seu uso quanto investimentos em melhorias e novas rotas ferroviárias (DEBRECZENI, 2016). Uma das razões da preponderância do comércio marítimo é o seu custo, que é substancialmente menor. Porém, Sárvári e Szeidovitz (2016) afirma que o comércio realizado com ferrovias de alta velocidade diminui o tempo de viagem entre a China e a Europa: enquanto as ferrovias permitiriam uma viagem de 14 dias, a opção marítima toma aproximadamente três semanas. Assim, a utilização de ferrovias, ainda que não pudessem competir com o mar no preço⁴⁵, ganha na velocidade de entrega, o que favorece alguns produtos mais sensíveis, que exigem viagens mais rápidas, e aqueles com maior valor, que justificam o custo da viagem, como eletroeletrônicos.

⁴⁴ No original: “Facilities connectivity is a priority area for implementing the Initiative. On the basis of respecting each other's sovereignty and security concerns, countries along the Belt and Road should improve the connectivity of their infrastructure construction plans and technical standard systems, jointly push forward the construction of international trunk passageways, and form an infrastructure network connecting all sub-regions in Asia, and between Asia, Europe and Africa step by step.”

⁴⁵ Aqui é importante ressaltar que os custos do transporte ferroviário através da Eurásia vêm caindo constantemente. No início das operações, em 2011, o frete de um container era de aproximadamente US\$ 7 mil. Em 2016, o custo era de US\$ 4 mil (cerca de 25% mais caro que pela via marítima). Ainda, estimativas apontam que o preço pode chegar a US\$ 2 mil no futuro (SHEPARD, 2016d).

Além disso, outro fator que aumenta o custo de transporte ferroviário entre os dois continentes é o retorno de trens vazios da Europa: há grande fluxo de produtos, principalmente manufaturados, para o Oeste, mas não há carga suficiente para justificar uma viagem de volta para o Leste (SÁRVÁRI; SZEIDOVITZ, 2016; WUTTKE, 2017). Isso pode tornar novos projetos de ferrovias não só inviáveis economicamente, mas também politicamente (WUTTKE, 2017). Por exemplo, a cada semana saem cinco trens de Chongqing, China, rumo à Alemanha, mas apenas um retorna cheio (WUTTKE, 2017).

Atualmente, existem três rotas ferroviárias principais que conectam China e Europa. A primeira corresponde em grande parte à Transiberiana, na Rússia. A segunda atravessa o Cazaquistão até seu lado ocidental para então entrar em território russo. E a terceira, ainda não muito utilizada, atravessa o Cazaquistão até o porto de Aktau, no Mar Cáspio. De lá, pode-se atravessar o mar ou ir em direção ao Irã, para então utilizar a recém-inaugurada ferrovia que conecta Azerbaijão, Geórgia e Turquia⁴⁶, de onde os trens se integrariam à malha ferroviária europeia (SHEPARD, 2017a; READ, 2017). Diversas empresas chinesas já mantêm presença na Turquia sob o manto da BRI, construindo hubs logísticos e ferrovias locais (DJANKOV; MINER, 2016). A força da BRI é justamente sua versatilidade:

“Esta rede emergente de rotas de transporte revitalizadas e novos centros comerciais que se estendem entre a China e a Europa encontram eficiência, segurança e competição saudável no fato de não ser uma única rota, mas uma rede de múltiplos corredores trans-euro-asiáticos interconectados. Como nos dias da antiga Rota da Seda, se um corredor cai devido a uma mudança de governo, guerra, agitação econômica ou algum desacordo sobre tarifas, a carga pode ser enviada para destinos similares através de rotas alternativas - como um rio que flui por uma rocha” (SHEPARD, 2017a, tradução do autor)⁴⁷

Ferrovias também são construídas em outras regiões que não conectam necessariamente a China à Europa. Por exemplo, as ferrovias China-Laos, China Tailândia e a Jakarta-Bandung, as quais os contratos somados valem mais de US\$ 20 bilhões (DJANKOV; MINER, 2016).

⁴⁶ Esse caso demonstra como a infraestrutura pode ter um caráter político: a ferrovia citada claramente contorna a Armênia, que possui diversas controvérsias com o Azerbaijão, que financiou a maior parte do projeto.

⁴⁷ No original: "This emerging network of revitalized transportation routes and new trading hubs which stretch between China and Europe finds efficiency, security and healthy competition in the fact that it is not a single route but a network of multiple, interconnected trans-Eurasian corridors. Like in the days of the ancient Silk Road, if one corridor goes down due to a change in government, war, an economic upheaval or a spat over tariffs, cargo can simply be shipped to similar destinations via alternative routes — like a river flowing around a boulder." Um exemplo dessa virtude da BRI é a situação envolvendo as sanções mútuas entre a Rússia e a Europa. O lado russo proibiu a entrada de diversos produtos europeus em seu território, mesmo que o destino seja a China. Assim, pode-se utilizar a rota mais ao sul para a importação de bens proibidos.

É uma política do governo chinês não só expandir a infraestrutura existente via BRI, mas também aumentar sua utilização. Um dos problemas relacionados a essa infraestrutura já existente é a diferente padronização dos trilhos. Por exemplo, a largura de trilhos chineses é de 1,435 milímetros, enquanto que os do Cazaquistão são 85 milímetros maiores (HE, 2017). Embora tal característica pareça apenas um detalhe frente a tantos outros obstáculos à consecução de longas rotas ferroviárias, essas diferenças atualmente dificultam o trânsito de trens diretamente entre a China e a Europa, especialmente quando se cruza o espaço da ex-URSS. Para superar esse problema, é necessário a transferência da carga de um trem para outro, em estações preparadas para isso. O tempo de transição da carga de um trem para outro é de cerca de uma hora (HE, 2017). Um exemplo é na fronteira China-Cazaquistão, com a estação de Khorgos, que inclui também uma zona econômica especial em seu entorno⁴⁸.

Governos locais da China já atuavam com o comércio ferroviário com a Europa antes mesmo do lançamento da BRI. A primeira conexão desse tipo foi entre Chongqing e Duisburgo, na Alemanha, iniciada em março de 2011 (WANGSHU, 2017)⁴⁹. Em fevereiro de 2016, um trem saindo da China chegou pela primeira vez em Teerã, Irã, abrindo novas possibilidades de comércio entre os dois países (REUTERS, 2016). Em setembro do mesmo ano, foi inaugurada a primeira ferrovia conectando China e Afeganistão, atravessando o Cazaquistão e o Uzbequistão (BASHARAAT, 2016). Ainda em 2016, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China unificou todas as linhas sob a marca “China Railway Express”⁵⁰, com a justificativa de que as conexões ferroviárias são fundamentais para a BRI. Assim, a Comissão considera que “uma melhor regulação é urgentemente necessária para lidar com os altos custos, a competição desordenada, o despacho aduaneiro ineficiente e infraestrutura inadequada” (WANGSHU, 2017,

⁴⁸ A importância dessa estação para a BRI pode ser constatada pelo anúncio no Fórum da BRI, em 2017, que empresas chinesas iriam adquirir 49% da estação (SHEPARD, 2017b).

⁴⁹ O pioneirismo desse projeto se deve à atuação da empresa HP, que buscava meios de melhorar suas operações logísticas. A empresa também auxiliou no desenvolvimento de um software melhor para o controle das fronteiras chinesas, onde antes só se podia marcar o destino do trem como um único país da Ásia Central, afinal, era improvável a existência em 2011 de trens com destino à Europa ou para mais de um país (BRADSHER, 2013).

⁵⁰ De acordo com Wangshu (2017), diferentes companhias continuam operando os trajetos China-Europa, porém sob a marca da China Railway Express. Esta teria provido novos containers, padronizados com a marca, para as antigas empresas atuarem sob esta. As razões para isso seriam unificar e melhor apresentar a marca para o mundo (SHEPARD, 2016c). Os containers podem ser considerados um dos símbolos da conectividade que a China busca, já que eles podem ser alocados em trens, navios e caminhões, e assim chegar até mesmo a circular dentro das ruas de cidades. Por isso também é importante a China unificar e promover sua marca (SHEPARD, 2016c).

tradução do autor)⁵¹. Através dessa iniciativa, o governo chinês buscou coordenar a grande diversidade de rotas ferroviárias existentes, mostrando a importância que dá para o desenvolvimento da conexão via ferrovias com a Eurásia. Assim, mesmo que partes do progresso nesse quesito não sejam consequência diretas da BRI, percebe-se a tentativa do governo chinês de ter maior controle sobre o processo e também a importância dada por Pequim para a conectividade.

Entre 2013 e 2016, o volume de carga transportada por trens na região cresceu mais de cinco vezes, para mais de 500 mil toneladas. O primeiro semestre de 2017 apresentou um incremento de 144% no valor das mercadorias transportadas, em relação ao mesmo período do ano anterior (THE TELEGRAPH, 2017). Em setembro de 2017, já haviam sido realizadas mais de cinco mil viagens de trens de carga entre China e Europa (SUOKAS, 2017). Também é notável o número de rotas: 52, conectando 32 cidades chinesas a 32 europeias, em 12 países (XINHUA, 2017c). Destas, a linha com maior extensão é entre Yiwu para Madri, com 13 mil km, o que demora em média 18 dias de viagem. Também em 2017, foi realizada a primeira viagem entre China e Londres, no Reino Unido. O trem demorou 16 dias e se chamava “Vento do Leste”, uma referência à famosa frase de Mao Zedong: “O vento do Leste vai prevalecer sobre o vento do Oeste” (MAO apud MCVEIGH, 2017)⁵². Reitera-se, contudo, que as ferrovias ainda representam o meio de transporte de baixíssima parcela do comércio entre China e Europa, evidenciando a necessidade de incremento nesse sentido.

Essas ferrovias se conectam com hubs logísticos e portos secos, outro ponto vital para a BRI (SHEPARD, 2016a). Esses dois conceitos se conectam fortemente com a ideia de desenvolvimento da BRI, pois normalmente envolvem uma grande infraestrutura local, que podem incluir zonas econômicas e indústrias em seu entorno.

“A ideia por trás desses hubs nascentes da Roda da Seda é tornar-se um lugar por onde os produtos não meramente passam, mas também podem ser montados ou fabricados em rota e colocados diretamente em trens, já que o layout econômico do interior da Eurásia sofre uma transição econômica monumental” (SHEPARD, 2016a, p.1, tradução do autor).⁵³

⁵¹ No original: “better regulation is urgently needed to deal with the high costs, disorderly competition, inefficient customs clearance and unsuitable infrastructure”.

⁵² No original: ““The east wind will prevail over the west wind.”

⁵³ No original: “The idea behind these nascent Silk Road hubs is to become places where products are not merely shipped through but can also be assembled or manufactured en-route and put right onto trains, as the economic layout of the interior of Eurasia undergoes a monumental economic transition.”

Além disso, os hubs logísticos permitiriam a redistribuição de carga de um trem para diferentes locais, o que aumenta a interconectividade e a eficiência da BRI (SHEPARD, 2016a). Por exemplo, um trem pode parar em um hub logístico e ter parte de sua carga direcionada para a Europa e outra para o Oriente Médio. Além disso, produtos dos locais no entorno desses pontos também podem ser embarcados nos trens com destinos distantes, expandindo os mercados de produtos até então limitados (SHEPARD, 2017c).

Um exemplo é o porto seco de Khorgos, na fronteira China-Cazaquistão, citado anteriormente. O ponto começou a ser desenvolvido praticamente do zero em 2014, com planos de primeiro ser um porto, depois uma zona logística e finalmente uma zona industrial (SHEPARD, 2016b). Khorgos é fundamental para a BRI pela sua localização, pois se encontra praticamente no epicentro da Eurásia. Atualmente, já recebe dezenas de trens a cada mês, e o crescimento econômico em seu entorno é notável (SHEPARD, 2017d).

A questão aduaneira é central para a utilização das rotas terrestres. Afinal, o principal diferencial dessas é a sua velocidade de entrega; assim, caso haja diversas paradas pela rota a fim de verificação de fronteiras, mina-se a eficiência das ferrovias. A título de exemplo, Hewlett Packard (HP), empresa pioneira em perceber a possibilidade e utilizar a estrutura ferroviária existente na região para chegar da China para Europa considera que tal medida não seria possível se não fosse a união aduaneira estabelecida entre Cazaquistão, Rússia e Bielorrússia em 2012. Antes, a cada transição de fronteira, era necessário uma parada a fim de fiscalização. Com a entrada do acordo em vigor, não existe mais tal necessidade e cortaram-se dias de trajeto (BRADSHER, 2013). Assim, isso tanto justifica quanto incentiva a cooperação em termos de integração econômica e facilitação do comércio internacional, um dos pontos principais da BRI.

Apesar da falta de definição dos projetos incluídos na BRI, alguns são frequentemente citados como exemplos do sucesso da iniciativa e serão analisados brevemente a seguir. No Quênia, uma ferrovia que conecta a capital Nairobi à cidade portuária de Mombasa foi inaugurada em maio de 2017, possuindo 470km de extensão e planos para a expansão da linha para outros países. Cerca de 80% do financiamento de US\$ 3,2 bilhões veio da China (BBC, 2017). A ferrovia China-Laos será o primeiro projeto internacional que se conectará diretamente à malha ferroviária doméstica chinesa (XINHUA, 2017d). O projeto custa cerca de US\$ 6 bilhões e conecta o norte do país com a capital, e deve conectar oito países no futuro. Pelo menos US\$ 800 milhões vieram diretamente do Banco de Importação-Exportação da China (PERLEZ;

HUANG, 2017). A ferrovia Addis Ababa-Djibouti foi financiada em grande parte pela China - 70% dos recursos vindo do Banco de Importação-Exportação da China -, e com empresas chinesas atuando na construção e gerenciamento do trajeto. Ele conecta a Etiópia com o porto de Djibouti, facilitando as exportações do primeiro (BBC, 2016).

O Corredor Econômico China-Paquistão, por sua vez, é considerado um projeto exemplo pela liderança chinesa. Ele corresponde a uma série de projetos com investimento inicial previsto de US\$ 46 bilhões, com a adição posterior de US\$ 5 bilhões (CLARKE et al, 2017). O plano corresponde a uma rede de infraestrutura que inclui estradas, ferrovias, oleodutos e conecta Kashgar, na China, ao porto de Gwadar, no Paquistão. Em novembro de 2016 aconteceu a primeira utilização comercial do corredor, com mercadorias vindas da China sendo embarcadas em Gwadar (RAMACHANDRAN, 2016).

Percebe-se, à vista dos projetos já em prática, que a BRI começa a tomar forma, pelo menos quanto ao seu primeiro passo: a conectividade física entre os países da Eurásia. A próxima seção tratará de outro aspecto crucial, para além da construção das ferrovias, para a compreensão e para o próprio sucesso da BRI: uma potencial integração financeira e a forma de financiamento da iniciativa.

3.3 ASPECTOS FINANCEIROS DA BRI

A integração financeira também é um dos objetivos principais da BRI. No Documento de Visão e Ações, estabelece-se uma série de recomendações para a cooperação nesse campo: a construção de sistemas monetários, de investimento e de financiamento conjuntos; a coordenação bilateral e multilateral na regulação e na emissão de crédito (notadamente em Renminbi); o estímulo ao Banco dos BRICS e ao AIIB, além da criação de instituição de financiamento da OCX; e a coordenação das instituições interbancárias da OCX e da China-ASEAN (CHINA, 2015a).

Mesmo com toda a importância dada para o multilateralismo de meios de financiamento, destaca-se também a ideia de participação de fundos nacionais (do qual o Fundo da Rota da Seda faz parte, por exemplo) e da iniciativa privada⁵⁴. Dessa forma, o desenvolvimento de iniciativas

⁵⁴ Neste ímpeto, destaca-se esse ponto do Documento de Visão e Ações: “dar papel central ao Fundo da Rota da Seda e dos fundos soberanos dos países ao longo da Belt and Road, e incentivar os fundos de investimento em capital comercial e os fundos privados a participar da construção de projetos-chave da Iniciativa.” (CHINA, 2015a). No

financeiras não é só um objetivo da BRI, mas também é fundamental para sua própria implementação. Os projetos de infraestrutura previstos pela BRI necessitam de uma grande quantidade de capital. Xi Jinping chegou a caracterizar essa questão como um “desafio proeminente” da Rota da Seda, enfatizando a existência de um gargalo de financiamento (ZHANG; MILLER, 2017). Diversas estimativas apontam a enorme necessidade por recursos para infraestrutura na Ásia. Um relatório do ADB estima que até 2030 as necessidades de recursos podem chegar a valores maiores que US\$ 26 trilhões (US\$ 1,7 trilhão por ano)⁵⁵. Segundo esse mesmo relatório, os bancos multilaterais de desenvolvimento são hoje responsáveis por 2,5% do investimento total em infraestrutura, valor que, excluindo-se a China e a Índia, chega a 10% (BANCO DE DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO, 2017). Assim, pode-se perceber a importância de tais instituições para a região.

Esses investimentos enfrentam um problema típico de projetos de infraestrutura: geralmente o financiamento deve ser de longo prazo, em grande escala, e levam muito tempo para maturar e trazer algum retorno em relação ao valor investido (MISHRA, 2016; AIIB, 2017). Para tentar superar essas dificuldades relacionadas ao financiamento, a China desenvolveu uma série de instituições e mecanismos para prover os recursos e as condições necessárias para a construção dos projetos da BRI.

A estrutura de financiamento da BRI não é centralizada, como bem visto no documento já analisado (CHINA, 2015a). Os recursos da BRI viriam de diversos canais complementares, tanto nacionais como multilaterais, tanto públicos como privados. A seguir, se discutirá os principais meios de financiamento da BRI.

O AIIB, já discutido anteriormente como uma das principais iniciativas do governo de Xi Jinping, tem forte conexão com a BRI. Os dois têm objetivos similares: melhora da conectividade da Ásia, principalmente da infraestrutura, como diz o nome do banco, e a integração financeira. Xi Jinping já chegou a afirmar que a principal tarefa do AIIB é garantir o capital para os projetos da BRI (XINHUA, 2015). Segundo lideranças do AIIB, o banco multilateral é uma entidade separada da BRI, mas, que por possuir muitos interesses em comum, deverá integrar a iniciativa (SHEPARD, 2017). O presidente do banco, Jin Liqun, reiterou que o AIIB tem seus próprios

original: “give full play to the role of the Silk Road Fund and that of sovereign wealth funds of countries along the Belt and Road, and encourage commercial equity investment funds and private funds to participate in the construction of key projects of the Initiative.”

⁵⁵ O mesmo relatório estipula que atualmente a região investe US\$ 881 bilhões. Isso significa que no período entre 2016-2020, seria necessário investir 2,4% do PIB regional em infraestrutura, a fim de suprir a demanda.

padrões, separados da BRI. Além disso, diversos projetos de infraestrutura em países integrantes da BRI aprovados pelo banco não foram reconhecidos como oficialmente parte da iniciativa (WRIGHT, 2017).

Ao fim da primeira metade de 2017, o AIIB aprovou US\$ 2,5 bilhões em empréstimos⁵⁶ (GLENN, 2017). Porém, a maioria dos projetos do AIIB foram realizados em parceria com o Banco Mundial ou com o ADB. Os objetivos do AIIB com esses projetos provavelmente envolvem o aprendizado, ao atuar com bancos tradicionais (SILK ROAD BRIEFING, 2017a) e o aumento de sua credibilidade internacional, já que tais projetos exigem altos padrões e afastam a ideia de que o banco serve apenas a interesses chineses (WEISS, 2017). O presidente do AIIB, Jin Liqun, considera essencial a cooperação entre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento na promoção de infraestrutura, especialmente no caso do AIIB, que ainda possui uma estrutura relativamente pequena (WRIGHT, 2017). Além das características estruturais discutidas anteriormente, o diferencial operacional do AIIB é a menor formalidade e menor rigidez de procedimentos para a emissão de crédito, algo criticado na atuação do BM e do ADB, e que atrai especialmente países menores e menos desenvolvidos (MISHRA, 2016).

Os 20 projetos aprovados até novembro de 2017 pelo AIIB cobrem uma ampla quantidade de países e setores. Os países beneficiados incluem: as Filipinas, Índia, Egito, Tajiquistão, Geórgia, Bangladesh, Indonésia, Azerbaijão, Omã, Mianmar, Paquistão. Como se pode perceber, há uma relação geográfica clara com a BRI. Já os setores abarcados incluem energia, infraestrutura, telecomunicações, transporte e acesso à água (BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA, 2017).

Segundo os dados mais recentes de 2017, o NDB, por sua vez, já financiou pelo menos 13 projetos, no valor total de US\$ 3,8 bilhões. Todos os recipientes são países membros dos BRICS, sendo que os integrantes da BRI receberam 11 projetos. A maioria dos recursos foram para projetos relacionados a energias renováveis (NDB, 2017). Também se destacam a atuação e o potencial do Banco Eurasiático de Desenvolvimento, composto por Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Armênia e Bielorrússia, com investimentos na região que já totalizaram US\$ 6,1 bilhões (SILKROAD, 2017).

⁵⁶ A fim de comparação, o ADB realizou empréstimos de US\$ 17,74 bilhões. O AIIB possui cerca de 100 funcionários, enquanto que o ADB conta com aproximadamente dois mil (GLENN, 2017).

De fundamental importância para o aspecto do financiamento da iniciativa em questão, o Fundo da Rota da Seda (FRS) é parte chave para o sucesso da BRI. Segundo Wright (2017), a BRI possui mecanismos de financiamento, “mas precisa de um corpo dedicado, rico, poderoso e politicamente habilitado para ser o motor de toda a empreitada, e esse é o Fundo da Rota da Seda.”⁵⁷. O controle do fundo pertence a quatro bancos chineses: a Administração Estatal do Câmbio, o Banco de Importação-Exportação da China, a Corporação Chinesa de Investimento e o Banco de Desenvolvimento da China (SILK ROAD BRIEFING, 2017a). O Fundo foi criado em 2014, com recursos iniciais de US\$ 40 bilhões. Durante o Fórum da BRI, o presidente Xi anunciou mais US\$ 15 bilhões para o Fundo (WRIGHT, 2017). A entidade afirma ser orientada pelo mercado - quer dizer, busca rentabilidade em seus empreendimentos - e que segue padrões internacionais (FUNDO DA ROTA DA SEDA, 2017). Até junho de 2017, o FRS firmou 16 contratos e prometeu US\$ 6,8 bilhões em investimentos (WRIGHT, 2017). Dentre os projetos com sua participação, destacam-se a ferrovia Nairobi-Mombassa, a hidrelétrica de Karot, no Paquistão, e investimentos na Rússia (SILK ROAD BRIEFING, 2017b).

Embora haja muitas iniciativas, com os dados expostos acima é possível verificar que o financiamento via essas instituições está muito aquém da necessidade total de investimentos em infraestrutura e dos amplos objetivos da BRI. Além disso, algumas análises apontam que, do capital levantado pelas iniciativas chinesas até junho de 2017, apenas 2% foi gasto em projetos de fato. Isso demonstra que a China e os novos bancos estão sendo prudentes ao emprestar dinheiro, bem como estão avançando nos objetivos da Iniciativa com cautela (SILK ROAD BRIEFING, 2017b). Por outro lado, o Silkroad Briefing, página de notícias dedicada a compreender e cobrir os avanços e principais dados que envolvem a Rota da Seda, argumenta que o real financiamento da BRI vem dos bancos estatais chineses, que não costumam ser transparentes sobre suas atividades e dados. Diversos desses bancos estatais, nacionais ou de províncias, têm grande atuação na BRI, principalmente provendo crédito para empresas chinesas que atuam nos projetos (SILK ROAD BRIEFING, 2017b). Por exemplo, afirma-se que cerca de 52% dos projetos de construção da BRI, que em grande parte são realizados por estatais chinesas, são financiadas pelos bancos estatais. Destacam-se o Banco Industrial e Comercial da China - que afirma já ter participado em 212 projetos integrantes da BRI e injetado US\$ 67 bilhões em recursos

⁵⁷ No original: But it needs a dedicated, wealthy, powerful and politically enabled body to be the driver of the whole enterprise, and that is the Silk Road Fund.”

(WRIGHT, 2017; ZHANG; MILLER, 2017) -, o China Construction Bank, o Banco Agrícola da China, o Banco da China e o Banco de Importação-Exportação da China (SILK ROAD BRIEFING, 2017c). Esses bancos garantem crédito relativamente barato para empresas chinesas, o que aumenta sua competitividade em projetos da BRI (ZHANG; MILLER, 2017).

Outro fator que destina muitos recursos para a BRI é o investimento externo direto chinês. Segundo dados da Ernst & Young (2015), o investimento da China no exterior continua crescendo. Em 2016, o IED chinês chegou a patamares sem precedentes. Desde 2015 a China investe mais no exterior do que recebe de investimentos. A tendência geral percebida é a de mudança de perfil dos investimentos: atualmente a maioria desses são feitos por empresas privadas, e não mais estatais, como era predominante alguns anos atrás. Além disso, há uma tendência dos investimentos se direcionarem a países desenvolvidos e a setores com maior nível tecnológico, algo que difere da predominância anterior de países em desenvolvimento e nos setores de energia e mineração. A BRI, por outro lado, representa uma ruptura com essa tendência, pelo menos em seus primeiros anos. As empresas estatais chinesas é que lideram o processo (JOHNSON, 2016). Em 2016, companhias chinesas investiram US\$ 14,5 bilhões em países da BRI, e firmaram novos contratos de construção que totalizam US\$ 126 bilhões, sendo o principal mercado desse setor (ERNST & YOUNG, 2015).

É importante ressaltar que a iniciativa pretende cooperar com diversas outras instituições financeiras, como fundos bilaterais, fundos nacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e bancos privados. Dessa forma, instituições como o Banco Mundial e o ADB podem ter papel importante no desenvolvimento da BRI, visto sua quantidade de recursos e projetos na região. Por fim, um dos principais desafios da BRI é conseguir o apoio da iniciativa privada - de empresas e do sistema financeiro - para auxiliar no seu desenvolvimento, algo que até então não parece ser uma tendência.

3.4 PRINCIPAIS OBJETIVOS E RISCOS DA BRI

Há muita dificuldade em determinar os objetivos da BRI. Autores elencam as mais diversas intenções, seja no âmbito doméstico ou no internacional; envolvendo questões conjunturais ou estruturais; e relacionando-os a fatores econômicos, geopolíticos, ideológicos ou a respeito de valores. Muitos dos objetivos são explicitamente citados pelo governo chinês,

enquanto outros são somente suposições jornalísticas ou de acadêmicos acerca das reais metas chinesas. Assim, esta seção buscará analisar os principais motivos encontrados para a criação da BRI, em um esforço de sistematização da miríade de informações existentes, a fim de construir um melhor entendimento a respeito dessa iniciativa. Além disso, será realizada uma breve revisão dos riscos envolvidos, sobre os quais também há muita divergência e pluralidade de informações na literatura. Ressalta-se que ambos os levantamentos não são exaustivos, mas sim buscam abarcar os principais pontos encontrados na literatura.

No nível doméstico, uma das principais razões elencadas para lançar a BRI é diminuir a distância entre o desenvolvimento das províncias fronteiriças e do Oeste chinês, como Tibete e Xinjiang, com o Leste. Esta região foi o centro do desenvolvimento chinês da Era Deng, especialmente a partir da década de 1990, colhendo os principais benefícios do crescimento acelerado, ao se aproveitar da grande população e da conexão com o exterior (CLARKE, 2017). O PIB per capita de províncias mais ocidentais representa apenas um quarto do das províncias mais ricas, como a de Xangai (FERDINAND, 2016). Além disso, na Província de Xinjiang movimentos separatistas muçulmanos ameaçam a unidade do Estado chinês (KISSINGER, 2011). Houve iniciativas anteriores do governo chinês para incluir essas províncias no desenvolvimento, a fim de reduzir a desigualdade regional, mas elas possuíam um foco apenas doméstico, buscando melhorar a infraestrutura da região e conectá-la ao resto da China. Destaca-se, nesse ponto, a campanha “Great Western Development” lançada em 1999 pelo então presidente Jiang Zemin (CLARKE, 2017). Mesmo assim, a questão das províncias regionais não foi resolvida, sendo a disparidade entre o leste e o oeste da China ainda uma das grandes problemáticas do país.

Assim, a BRI seria uma extensão internacional desse objetivo chinês, ou seja, serviria para conectar as regiões mais afastadas da China a outros países, de fato integrando-as a fluxos de comércio internacional, o que já se provou, no desenvolvimento chinês, importante agente para o desenvolvimento de uma região – se a abertura se der com gradualismo e dirigismo estatal, na experiência do país (CLARKE, 2017). De acordo com Sárvári e Szeidovitz (2016), o objetivo da BRI não é ser eficiente em termos de custos, mas sim incorporar partes ocidentais da China na economia global e impulsionar uma ordem internacional multipolar.

Estimulando o desenvolvimento dessas províncias, Pequim amenizaria, através dos benefícios econômicos, os problemas históricos das mesmas, como o separatismo, extremismo e

campanhas contra o governo central. Assim, a China garantiria uma maior segurança e integração de suas zonas fronteiriças (ROLLAND, 2015; SÁRVÁRI; SZEIDOVITZ 2016; CLARKE, 2017). Essa ideia de que desenvolvimento traz estabilidade e segurança também valeria para outros países, como os da Ásia Central. Ao oferecer tanto financiamento como a conexão com o mercado mundial, a China se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento de países da Ásia Central, historicamente isolados do mundo. Ponto fundamental para compreender esse isolamento é que a Ásia Central se caracteriza pela falta de acesso ao mar, o que poderia ser superado com o significativo incremento da conectividade dessa região com outras partes do globo.

Outro objetivo da BRI é ter racionalidade econômica, ou seja, ser realmente rentável. A iniciativa almeja impactar significativamente na redução dos custos de transporte, por exemplo, algo essencial para um país como a China, cujos fluxos de comércio exterior têm bastante importância para sua economia. Como discutido no decorrer deste trabalho, a construção de rodovias e ferrovias conectando o país a diversos mercados deve reduzir o tempo de viagem, assim como o custo de transporte de muitas mercadorias. Como afirma Bhoothalingam (2016), atualmente as tarifas comerciais vêm caindo a nível mundial e, portanto, a falta de infraestrutura é um dos principais problemas que encarecem o comércio internacional. O progresso nessa questão pode estimular o comércio regional e estimular a criação de uma zona de livre comércio, algo de interesse chinês (BHOOTHALINGAM, 2016)

Outra questão central é a mudança estrutural pela qual passa a economia chinesa, já discutido anteriormente. A queda nas suas exportações no pós-CFG levou a China à necessidade de expandir seus mercados. Assim, a conexão com a Ásia Central e outras regiões, que com os investimentos recebidos se desenvolveriam e aumentariam sua demanda por produtos chineses com os recursos recebidos, representaria novos mercados para as indústrias chinesas, mantendo o crescimento econômico e o nível de emprego (BHOOTHALINGAM, 2016; LUFT 2016; ROLLAND, 2015). A BRI assim seria uma maneira de canalizar o excesso de capacidade produtiva no setor de construção e de maquinaria pesada, assim evitando o corte de produção forçado de setores que empregam muitas pessoas⁵⁸. Os projetos gerariam uma grande demanda por aço, cimento e maquinaria pesada (BHOOTHALINGAM, 2016), o que, mesmo que não

⁵⁸ Oficialmente, a China não reconhece a relação entre supercapacidade produtiva e a BRI. O discurso oficial é de que a iniciativa envolve a cooperação industrial e benefício mútuo, não apenas o benefício para as indústrias chinesas (ROLLAND, 2017).

ocupe toda capacidade ociosa da economia chinesa, pelo menos mitigariam os efeitos nocivos da saturação dos mercados destino desses setores (ROLLAND, 2017).

Adicionalmente, como já mencionado, a supercapacidade de alguns setores da China, devido a sua abundância de capital, precisa ser escoada para não prejudicar a produtividade interna e ensejar possíveis crises financeiras (KROEBER, 2016). Assim, o investimento externo em infraestrutura aparece como possível alternativa, já que exigiria muito financiamento (absorvendo muito capital) e daria retorno econômico, além de garantir a influência da China sobre seus vizinhos e gerar benefícios geopolíticos (CINTRA et al., 2015). Essa questão do investimento tem cada vez mais atraído a atenção de debates acadêmicos, e mesmo jornalísticos, visto que representa uma alternativa ao esgotamento do modelo de desenvolvimento chinês atual. Além disso, importa afirmar que, partindo desse cenário posto, o desenvolvimento de outras economias regionais poderá se dar em parte ao molde do desenvolvimento chinês: intensivo em investimento, principalmente em infraestrutura.

Empresas chinesas, principalmente as estatais e as que dependem de investimentos em infraestrutura no nível doméstico, também podem se beneficiar da BRI, já que poderá garantir negócios, permitir acesso à crédito e ser um estímulo à uma maior atuação internacional, o que aumentaria a sua competitividade (FERDINAND, 2016). Assim, a BRI seria uma continuação da estratégia de internacionalização das empresas chinesas, conhecida como “going global” (ROLLAND, 2017; JOHNSON, 2016). Para o governo chinês, há o interesse de expandir a atuação das empresas para também reforçar as relações com outros países. Além disso, com a conquista de um grande mercado como o englobado pela BRI, as empresas chinesas teriam maior influência nos padrões internacionais de setores como ferrovias e telecomunicações (ROLLAND, 2017).

Apesar do discurso oficial não enfatizar questões não relacionadas à economia, pode-se dizer que a BRI também tem motivações geopolíticas e estratégicas (ROLLAND, 2017). Por exemplo, uma considerável porção dos projetos previstos são relacionados à energia, como oleodutos e gasodutos. Isso pode aliviar a China de seu “Dilema de Malaca”, ou seja, o fato de que a maior parte dos recursos energéticos utilizados por sua economia atravessa o estreito no Sudeste Asiático, algo que seria bloqueável em caso de conflito com os EUA ou outro país da região. Portanto, a BRI representaria uma possibilidade de diversificação das fontes energéticas da China para rotas terrestres, permitindo maior flexibilidade e autonomia (CLARKE, 2017;

ROLLAND, 2017). Novos oleodutos terrestres provavelmente não vão garantir a demanda total por recursos energéticos do país, mas diminuirá a vulnerabilidade chinesa com linhas marítimas de comunicação e estreitos (ROLLAND, 2017)⁵⁹.

Outro fator relevante do ponto de vista estratégico é o aumento da assertividade dos EUA na Ásia, com o pivô para a Ásia, declarado em 2011, mencionado no primeiro capítulo. Esse panorama aumentou a pressão militar e política sobre a China no Leste, empurrando-o para o Oeste (LUFT, 2016). Diversos autores consideram este um fator central para lançar a iniciativa, inclusive com críticas à Washington por estimular essa reação da China. Porém, para Junxian e Yan (2016), o Pivô foi um movimento que apenas acelerou o processo de direcionamento da China para o Oeste, algo que já se mostrava como tendência estrutural e que ocorreria mesmo sem a influência estadunidense. A BRI seria, assim, uma parte da já citada estratégia dual da China: a parte que explora as oportunidades de cooperação e convergência de interesses no Oeste, enquanto no Leste há uma maior tendência à belicosidade e menores oportunidades de cooperação (CALLAHAN, 2016). Isso “demonstra que a China se preocupa em competir com os EUA tanto com estratégias econômicas (se não mais) como com estratégias militares” (FERDINAND, 2016, p. 953, tradução do autor).⁶⁰

Também é importante notar a importância do Mar do Sul da China, que conta com diversas disputas territoriais, para a rota marítima da iniciativa; ou seja, evidentemente a iniciativa tem também como objetivo buscar convergência e cooperação nessa região. Rolland (2017) considera, portanto, que a BRI é “muito mais do que uma iniciativa de desenvolvimento. Não é somente uma série de projetos de engenharia, mas sim um conceito estratégico destinado a romper as tentativas dos EUA de ‘estrangular a China’” (ROLLAND, 2017, p. 118, tradução do autor)⁶¹.

Alguns autores, ainda, afirmam que a China busca com a BRI diminuir a influência da Rússia na Ásia Central e da Índia no Sul da Ásia. Assim, a China aumentaria sua influência

⁵⁹ Um relatório estima que no futuro a China importará 600 milhões de toneladas de petróleo e 300 bilhões de metros cúbicos de gás, dos quais os projetos da BRI poderiam suprir 143 milhões e 206 bilhões, respectivamente, dessa demanda (ROLLAND, 2017).

⁶⁰ No original: “demonstrates a Chinese concern to compete with the United States at least as much, if not more, through strategic economic policies as through military ones.”

⁶¹ No original: “much more than a development initiative. It is not merely a series of engineering projects but a strategic concept meant to break through U.S. attempts to ‘strangle China’”.

regional e no processo de integração da massa Eurásiana (SÁRVARI & SZEIDOVITZ 2016; FASSLABEND, 2015).

Outro ponto, considerado fundamental por Junxian e Yan (2016), trata-se da relação da Rota da Seda com o Sonho Chinês de voltar ao patamar de riqueza e poder de séculos passados, como durante a dinastia Han ou Ming. Chineses costumam relacionar períodos de força e unidade do país com uma Rota da Seda forte e viva, seguindo o exemplo da história. Uma Nova Rota da Seda seria, portanto, vista como um sinal do entusiasmo chinês e um retorno à prosperidade e à glória passada, com a China sendo um grande centro econômico e cultural do mundo.

Do ponto de vista cultural, a BRI insere-se na ofensiva ideológica do governo de Xi Jinping de reforçar o nacionalismo e a legitimidade do PCCh através de outros meios que não o sucesso econômico (ABAD, 2013; FERDINAND, 2016). Como mostra Bhoothalingam (2016), a antiga Rota da Seda tinha um enorme papel de conectar culturas e povos. Por exemplo, a religião budista chegou à China vinda da Índia pela Rota da Seda. Diversas tecnologias chegaram e saíram da China por esse caminho, como é também frequentemente ressaltado por Xi em seus discursos (XI, 2014). A China busca, dessa maneira, fortalecer sua iniciativa com laços culturais, ou trocas de “povo para povo”.

Do ponto de vista financeiro, é possível destacar, nos objetivos da BRI para a China, a internacionalização do Reminbi e o descontentamento com instituições financeiras globais como BM e FMI. Como já discutido, a internacionalização do Reminbi é uma estratégia global da liderança chinesa. A BRI pode servir tanto como uma forma de obter experiência em transações internacionais com a moeda como uma base para sua expansão pela Eurásia, já que grande parte dos negócios serão realizados com a participação de bancos e empresas chinesas (FERDINAND, 2016). Por sua vez, o desagrado chinês com as instituições financeiras controladas por países como EUA e Japão levou à criação do AIIB e do NDB (Banco dos BRICS). A BRI cria uma demanda inicial para esses bancos começarem a atuar, e assim ganhar experiência e renome internacional para que se estabeleçam na arquitetura financeira internacional.

Por fim, a China pode utilizar a BRI como um exemplo para outras iniciativas que contam com liderança chinesa, como por exemplo a RCEP. Assim, estas iniciativas, muitas das quais são vistas como alternativas para projetos dos EUA – principalmente o TPP, percebido por Pequim como parte de uma estratégia de contenção - poderiam ganhar força com o sucesso da BRI. Dessa

forma, a China, além de ganhar influência na região, iria dificultar a atuação e a influência estadunidenses na mesma (BHOTHALINGAM, 2016).

Ao mesmo tempo que a BRI apresenta, por sua complexidade e abrangência, muitas oportunidades e possibilidades de ganho, ela também traz consigo uma série de riscos. O principal agravante para isso é que a iniciativa abarca uma grande quantidade de países e atores (bancos, empresas, organizações internacionais, dentre outros), o que pode criar ou acentuar conflitos de interesses.

Os riscos nos âmbitos econômico e financeiros são consideráveis. Os investimentos nos países da BRI apresentam um alto risco, pois muitos são de longo prazo e de lucratividade incerta. Além disso, cerca de metade dos países da BRI são considerados de alto risco por investidores (ERNST & YOUNG, 2015). Consideram-se também como desafios as ameaças à segurança dos projetos em países com instabilidade, sendo um exemplo o Paquistão, onde grupos terroristas podem pôr em risco os projetos chineses. Assim, as empresas chinesas têm sido cautelosas investindo na região, o que afeta o fluxo de recursos (ERNST & YOUNG, 2015).

Segundo analistas, projetos da BRI apresentam muitos riscos para os bancos envolvidos (especialmente os bancos estatais chineses), pelos projetos tomarem muito tempo para darem o retorno, e a possibilidade de os investimentos não se pagarem, engendrando na insolvência dos financiamentos, já que muitos dos créditos são dados para países com economias frágeis e que já possuem muitas dívidas. Isso pode levar a enormes prejuízos para o sistema financeiro. Por exemplo, no caso da ferrovia China-Laos, citada anteriormente, o projeto custa em seu total mais da metade do PIB do segundo país em 2015 (ZHANG; MILLER, 2017).

Questões internas nos países da BRI podem representar problemas para os planos da iniciativa. A falta de segurança jurídica doméstica e a corrupção em vários países da Ásia Central pode prejudicar os investimentos e a cooperação econômica (FERDINAND, 2016). Instabilidades políticas internas, especialmente quando a BRI é percebida como uma estratégia de dominação chinesa, pode levar ao cancelamento de projetos e ao afastamento da iniciativa. Exemplos disso são as instabilidades no Sri Lanka e em Mianmar, em que projetos foram cancelados após protestos e mudanças de governo (JUNXIAN, 2016). Ainda, o medo da dependência econômica excessiva da China também preocupa países da Eurásia, especialmente os menores. Até mesmo os que apoiam declaradamente a BRI possuem receios dessa dependência, como o Cazaquistão (JUNXIAN, 2016).

Diversas outras ameaças securitárias e não tradicionais também estão presentes. Um dos maiores exemplos é o terrorismo, que é uma ameaça especialmente forte aos projetos da BRI no Paquistão⁶². O país inclusive prometeu uma força de 15 mil soldados para proteger o Corredor China-Paquistão (ZHEN; LO; LAU, 2017). Nessa linha, a BRI atravessa um grande número de países que é afetado pelo extremismo religioso ou que passa por conflitos, como a Síria e o Afeganistão (JUNXIAN, 2016)⁶³. Além disso, com maior envolvimento direto em países que passam por instabilidades, há a possibilidade da China se ver envolvida em conflitos internos de outros países ou tensões internacionais (FERDINAND, 2016).

Desconfianças e disputas geopolíticas podem impedir o sucesso da BRI. Diversas potências têm interesses - e seus próprios projetos - sobre a região coberta pela BRI e nem sempre eles convergem. Os Estados Unidos possuem interesse direto no Afeganistão, inclusive já tendo proposto uma iniciativa de conectividade regional. Porém, Washington realizou uma ofensiva diplomática contra a iniciativa chinesa, desestimulando seus aliados de entrarem no AIIB, e não apresenta interesse em participar da BRI. Os EUA também percebem a iniciativa como uma resposta chinesa à hegemonia norte-americana e à sua presença na região (JUNXIAN, 2016).

A Índia é bastante cética em relação à BRI, mesmo sendo membro integrante do AIIB. Não houve delegação indiana no fórum da BRI (TIEZZI, 2017). A percepção indiana é de que a iniciativa serve para cercar o país, pois existem diversos projetos nos países de seu entorno estratégico. Outras questões que impedem o alinhamento de Nova Deli com a iniciativa chinesa são as disputas com o Paquistão sobre a soberania da região de Gilgit-Baltistan - abarcada no Corredor China-Paquistão - e o medo de que a distância econômica da China vá aumentar (KALYANARAMAN; RIBEIRO, 2017). Os projetos da BRI podem acentuar tais problemas.

Por fim, a Rússia tem seu próprio projeto para a Ásia Central e, apesar de apoiar publicamente a iniciativa chinesa, possui desconfianças em relação ao projeto. O sucesso da BRI diminuiria a influência da Rússia na Eurásia, especialmente na Ásia Central. Por exemplo, um

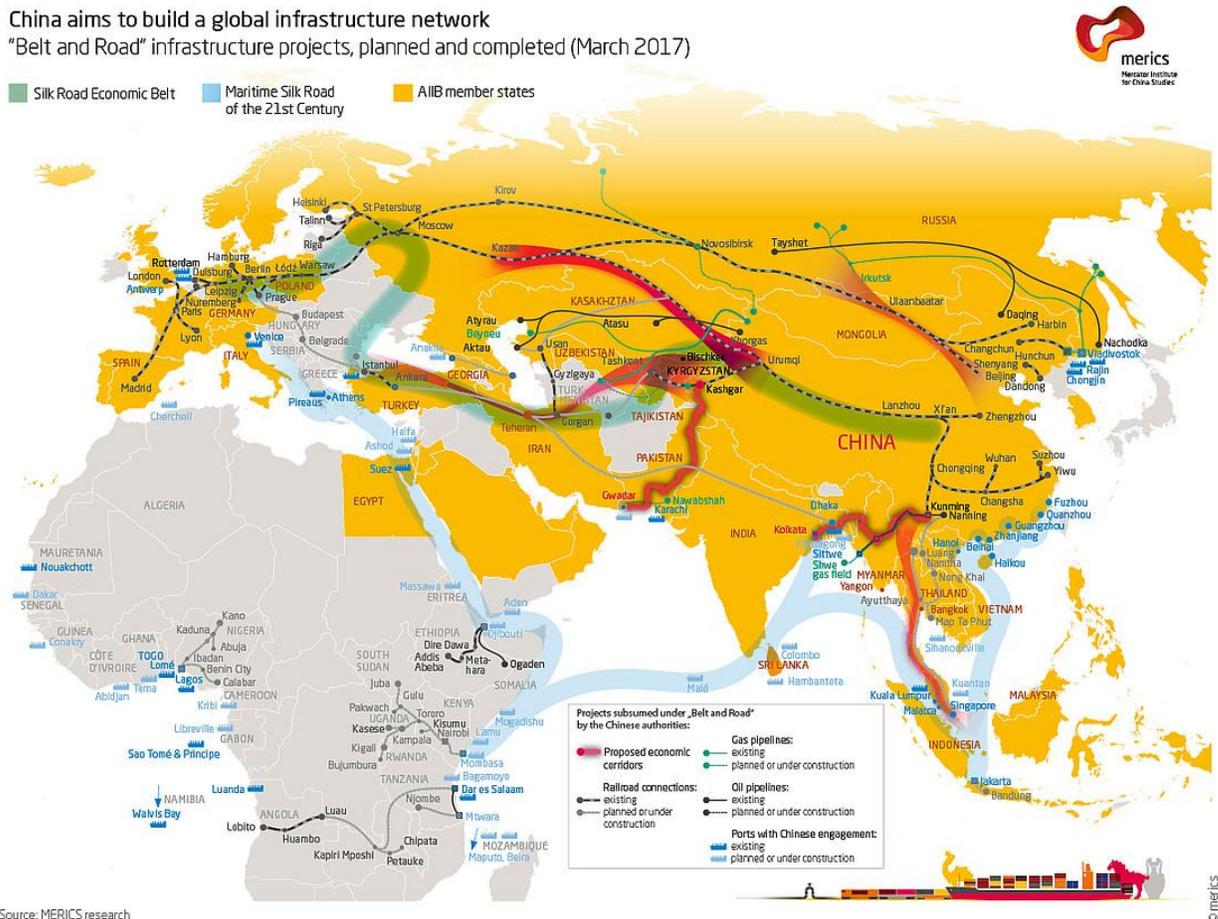
⁶² Existe uma crescente preocupação em relação à ataques direcionados à chineses. Em 2016, houve um atentado contra a embaixada chinesa no Quirguistão (MCVEIGH, 2017). Dois chineses foram mortos pelo Estado Islâmico em junho de 2017. Em dezembro do mesmo ano, o governo chinês alertou da ameaça de ataques terroristas contra seus cidadãos no Paquistão (ZHEN; LO; LAU, 2017).

⁶³ Um exemplo de como a instabilidade política - e a falta de coordenação aduaneira - é prejudicial para a conectividade regional ficou evidente em outubro de 2016, quando um trem saindo da China para o Afeganistão teve de retornar vazio, em vez de carregar exportações afegãs, por causa de preocupações securitárias do Uzbequistão, que não permite que mercadorias afegãs atravessem a fronteira por ferrovias (AMINI, 2016).

dos projetos russos é tornar a Transiberiana o principal corredor eurásiano, algo que se torna complexo com a emergência da BRI (JUNXIAN, 2016). Porém, Moscou percebeu a necessidade de alinhamento com a China a fim de superar as dificuldades econômicas criadas pela resposta ocidental às crises da Crimeia e da Ucrânia (GURIEV, 2016).

Em suma, a BRI já apresenta sucessos tangíveis, representados na infraestrutura, como no desenvolvimento e a utilização da malha ferroviária atravessando a Eurásia, e nos mecanismos de financiamento de tais projetos, como o AIIB e a integração de outras entidades na iniciativa. Isso já é um sucesso notável, levando-se em conta o tempo decorrido desde o lançamento da iniciativa. Cabe continuar observando as tendências do projeto, como os outros países se comportam, e se a China demonstra outros objetivos além daqueles salientados neste trabalho. Abaixo, uma imagem representando as principais rotas e corredores da BRI.

Figura 1 - A Iniciativa Cinturão e Rota



Fonte: Merics research (2017)

4. IMPACTOS REGIONAIS DA BRI: UM NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO?

A criação de uma ordem regional centrada na China é um dos aspectos mais citados na literatura como os objetivos da grande estratégia de Xi Jinping. Bhattacharya (2017) considera que o principal objetivo da BRI é, além de retomar a dominância geopolítica na Ásia, “completar o objetivo do Sonho Chinês. Essa estratégia, de fato, desafia a dominância dos EUA no Leste Asiático e ajuda a China a criar uma ordem centrada nela na Ásia e além” (BHATTACHARYA, 2017, p. 2).

A utilização da ideia de um passado glorioso é marca frequente do governo de Xi, demonstrado no objetivo de realizar o “Sonho Chinês”. Esse conceito tem sua face internacional demonstrada na construção de “uma comunidade de destino compartilhado”, que seria pautada por princípios como cooperação ganha-ganha, respeito mútuo, não interferência. E, como afirmou Xi, a BRI é o conceito (comunidade) na prática (XINHUA, 2017).

O “rejuvenescimento da nação chinesa” claramente retoma o passado, no qual o império chinês era um dos maiores e mais prósperos do mundo. A ideia de uma “Rota da Seda” do Século XXI, como discutido no capítulo anterior, também remonta a tempos anteriores, e segundo diversos autores, um dos objetivos chineses é a construção de uma ordem regional como a de antigamente, quando a China estava em seu auge. Essa ordem é comumente chamada de “sistema tributário”. Portanto, nesse capítulo, analisar-se-ão características desse sistema e se a “comunidade” proposta possui características semelhantes às desse. Isso se dará principalmente pela análise dos princípios da BRI, já que possui um papel central nesse âmbito.

Segundo Arrighi (2008, p. 322), “o sistema comercial-tributário oferecia um arcabouço simbólico de interação político-econômica mútua que, não obstante, era suficientemente frouxo para dotar seus componentes periféricos de considerável autonomia em relação ao centro chinês”. Em suma, há um arcabouço que estabelece como se devem dar as relações, o centro do sistema é a China, e a periferia é relativamente autônoma.

A ordem internacional vigente na Ásia até as invasões ocidentais no Século XIX “foi historicamente mais hierárquica, mais pacífica e mais estável que a do Ocidente” (KANG, 2005, p. 164). Ela se distinguia fortemente da ordem westphaliana/europeia, que se baseava na

“igualdade formal entre os Estados-nação, hierarquia informal e constante conflito interestatal” (KANG, 2005, p. 164), com os princípios asiáticos sendo:

“Hierarquia formal entre nações, enquanto se permite considerável igualdade informal. [A ordem] consiste da China como o Estado central, e os Estados periféricos como Estados menores ou “vassalos”, desde que a hierarquia fosse observada, não havia necessidade para guerras inter-estatais” (KANG, 2005, p.164).

Kang (2005)⁶⁴ monta um modelo abordando as características de uma ordem internacional baseada na hierarquia. Essa não seria sinônimo de hegemonia, tão pouco de um império. O primeiro conceito se referiria à maior intrusão em outros países e a uma maior centralidade da potência hegemônica. A hierarquia, por sua vez, é “mais preocupada com a interação de Estados para cima e para baixo na hierarquia. Hierarquia também significa que todos os Estados dentro do sistema possuem um lugar e um possuem um meio de interagir um com o outro” (KANG, 2005, p.166).

O comportamento dos Estados seria afetado em quatro tendências gerais. Em primeiro lugar, os Estados menores se alinhariam com o central, visto que esse ofereceria uma combinação de incentivos (comércio, tecnologias) e ameaças de sanções, como o uso força em caso de desafio à hierarquia. Segundo, essa ordem seria tipicamente mais estável que a westphaliana - porém nas crises seria mais caótica -, pois com a presença de um Estado central, há menor conflito entre países menores e, como há um lugar definido para cada ator, não seriam frequentes as disputas ou erros de cálculo. Terceiro, o poder material é crucial, mas outros fatores também influenciam a ordem hierárquica. O exemplo utilizado é o compartilhamento de valores culturais. Por fim, não haveria interferência do Estado central nos menores, enquanto estes reconhecerem sua posição. Assim, mesmo com a superioridade declarada de um Estado, os outros ainda mantêm sua autonomia interna (KANG, 2005).

Em suma, a Hierarquia

“serve para diminuir os custos de transação entre atores, é em última instância baseada em poder material, porém é operada através de práticas culturais, provê meios pelos quais atores podem demonstrar acomodação, deferência e informação, e provê um ponto de equilíbrio, no qual as expectativas e as práticas do ator podem convergir” (KANG, 2005, p.169).

⁶⁴ Durante seu trabalho, o autor utiliza-se de uma abordagem realista das relações internacionais, ou seja, grande importância é dada para o Estado-nação como ator, para a anarquia vigente nas relações entre esses e no objetivo central dessa entidade: a sobrevivência. Para Kang (2005), a hierarquia não é incompatível com anarquia. Essa ideia seria sua contribuição para o modelo realista.

As atuais mudanças na estratégia chinesa, principalmente a BRI, procuram apresentar “novos modelos de cooperação internacional e governança global” (CHINA, 2015a, tradução do autor), e que países devem promover “um novo tipo de relações internacionais, que incluam cooperação ganha-ganha” (XINHUA, 2017, tradução do autor), ou seja, percebe-se com esses discursos que a China propõe (e a BRI representa) um “novo” modelo de relação entre países. Argumenta-se neste trabalho que essa ordem possui muitas similaridades com as características do modelo discutido de Kang, ou seja, com uma ordem hierárquica nas relações internacionais.

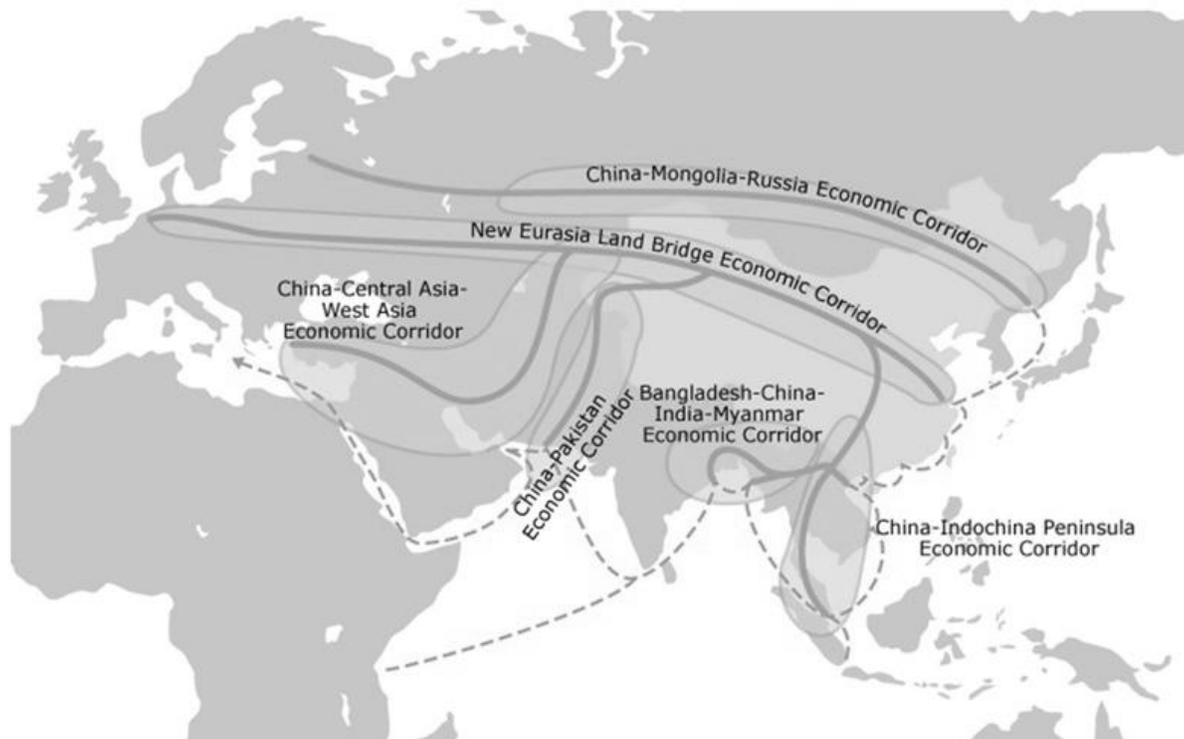
Primeiro, o principal ator é o Estado. Como denotado durante o capítulo anterior, a China elenca a cooperação bilateral como um dos principais mecanismos de cooperação sob o manto da BRI (CHINA, 2015). Outros mecanismos corresponderiam a instituições intergovernamentais, ou seja, que mantêm a soberania de seus membros e que possuem um forte caráter bilateral, como a OCX. Pequim também percebe como um dos principais sinais de apoio à iniciativa a assinatura bilateral de Memorandos de Entendimento (CHINA, 2015a).

Em segundo lugar, a China se vê como o centro da iniciativa, que ela afirma ser multilateral e aberta. Para se observar isso, basta se observar o mapa dos corredores econômicos previstos pela BRI abaixo: todos conectam a China a outros países. Todos os corredores econômicos saem ou chegam à China, o que alguns autores citam como “todos os caminhos levam à Pequim”. Percebe-se também na imagem abaixo que praticamente não há conexão entre os corredores, mesmo quando eles apresentam uma distância relativamente pequena entre si, como é o caso do corredor “China-Mongólia-Rússia” e da Nova Ponte Terrestre da Eurásia, e uma conexão entre eles poderia aumentar em muito os benefícios que viriam da conectividade. Outro ponto de destaque é que o único local que as diferentes rotas se cruzam é dentro da própria China. Ou seja, caso algum país queira se relacionar com outro pela infraestrutura prevista pela BRI, ele deve necessariamente passar pela China. E essa análise remonta apenas ao fator da conectividade da iniciativa. Portanto, pode-se dizer que a utilização da “marca” “Rota da Seda”, no qual uma das pontas era sempre a China, também pode ser considerada nesse quesito como uma percepção da centralidade chinesa (BHOTHALINGAM, 2015).

A centralidade da China também é vista em outros pontos da iniciativa como, por exemplo, na integração financeira. A maior parte do financiamento viria de bancos e fundos chineses (e, mesmo se considerarmos o AIIB, a China possui a maior parte do capital e dos votos). A sede do AIIB fica em Pequim e a do NDB fica em Xangai, ou seja, ambas em território

chinês. Assim, percebe-se que a China se coloca em um papel central em diversos fatores da nova ordem regional proposta por ela mesma.

Figura 2 - Os Corredores Econômicos da BRI



Fonte: HKTDC (2017).

Terceiro, a soberania e autonomia dos países é respeitada, já que entre os princípios centrais da BRI se encontram os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, que incluem a não-intervenção, este sendo um dos principais atrativos para outros países adotarem a BRI (JUNXIAN; YAN, 2016). Assim, os países integrantes da BRI possuem liberdade para atuar domesticamente e no âmbito internacional. Um exemplo é o recorrente discurso chinês de que cada país deve escolher o padrão de desenvolvimento que melhor cabe a ele (ROLLAND, 2017).

Quarto, há o alinhamento dos países menores com a China. Isso se dá principalmente por causa de benefícios econômicos previstos pela proximidade com a economia chinesa, como acesso ao maior mercado do mundo, assim como um potencial investidor. Esse potencial de ganhos com a aproximação com a China é acentuado ainda mais com a BRI, já que esta prevê investimentos diretos nos países envolvidos, assim como a futura integração em uma ordem econômica em que um dos princípios é o “desenvolvimento mútuo”. Além disso, percebem-se

poucas condicionalidades – como, por exemplo, o método de instituições como o FMI, que delimitam ajuda financeira àqueles que adotam políticas estipuladas em Washington, de cunho neoliberal- no projeto econômico chinês, o que atrai países pequenos e que são relativamente afastados da ordem econômica liberal. Além disso, a conectividade da iniciativa pode aumentar a relação de países pequenos não só com a China, mas também entre outros países, já que a BRI abarca uma enorme área.

Porém, caso países não aceitem a liderança chinesa, eles podem sofrer sanções, não necessariamente baseados na força, mas na exclusão dos benefícios econômicos da conexão com a China e outros países. Um exemplo de como a infraestrutura pode ser politicamente definida, a fim de isolar algum país dos benefícios econômicos, foi dada no capítulo anterior: a ferrovia Azerbaijão-Geórgia-Turquia claramente contorna a Armênia.

Em quinto lugar, há uma clara tentativa dar uma substância não apenas material, ou seja, econômica, mas também moral, com discursos de valores compartilhados (CALLAHAN, 2016). Além do alinhamento dos “sonhos” de cada civilização, também com a retomada do “Espírito da Rota da Seda” e a construção de uma “comunidade de destino compartilhado” (ROLLAND, 2017). Também, nota-se que um dos cinco pilares da BRI elencados é a conexão entre os povos, o que o documento base da BRI afirma dar “o apoio público para a implementação da iniciativa” (CHINA, 2015a, tradução própria).

Por fim, pode-se argumentar que a BRI pode levar a uma ordem regional mais estável no futuro, não apenas por diminuir problemas como o separatismo e o terrorismo pelo desenvolvimento e integração à economia global, mas também por aproximar os países e prover um método de relacionamento entre eles, com os mecanismos incluídos na BRI. A China poderia atuar como um grande mediador das relações com outros países, visto sua centralidade e importância para os outros atores. Assim, como elencado por Kang (2005), os Estados saberiam seu lugar na ordem, o que diminuiria a chance de erros de cálculo e de conflitos interestatais.

Assim, corre-se o risco de simplificação de um tema abrangente e complexo, mas pode-se perceber essas correspondências entre a iniciativa chinesa, que seria na prática a “comunidade de destino compartilhado”, e o que Kang (2005) elenca como características de um modelo hierárquico. No texto em que Kang propõe o modelo citado (publicado antes da ascensão de Xi Jinping, e, portanto, da BRI), ele considera que apesar de que características clássicas do sistema hierárquico antigo da Ásia não sejam viáveis hoje em dia – como o antigo sistema de tributos

simbólicos e a cerimônia de ajoelhar perante o imperador, o kowtow -, há indícios de que há uma “hierarquia implícita” na Ásia atual, devido ao tamanho e poder da China (KANG, 2005).

A literatura também considera outros possíveis impactos estruturais e transformações de longo prazo que a BRI pode ensejar, caso essa seja bem-sucedida. A seguir, algumas suposições serão citadas e feitas, cabendo a futuras pesquisas para se aprofundar nelas, já que foge do escopo deste trabalho uma análise tão aprofundada de possíveis impactos mais estruturais da BRI.

De acordo com Junxian e Yan (2016), a integração da Eurásia através de ferrovias pode trazer de volta a predominância das potências terrestres no sistema internacional, algo que teve fim com a ascensão das potências marítimas no Século XV. Além disso, potências médias teriam possibilidades de ganhos por sua localização, como por exemplo a Turquia. Isso se daria pela transferência de rotas comerciais marítimas (algo que possibilitou a transferência de poder anterior) para vias terrestres, pela diminuição do custo e maior conveniência.

Essa ideia dialoga com a frase de Mackinder de que “ferrovias transcontinentais estão transformando as condições do poder terrestre.” (MACKINDER apud ROLLAND, 2017, p. 3). As ferrovias, que já foram fatores importantes na integração de nações no passado, podem mudar a estrutura da Eurásia, ao aumentar a circulação de bens, a interdependência das economias, diminuir custos de transportes e aumentar o senso de conexão entre povos (ROLLAND 2017). Outras ideias de Mackinder também são utilizadas por Clarke (2017), que afirma que a BRI representa a integração do “Heartland”, ou seja, da massa terrestre descrita por Mackinder. O autor ressalta que a um dos maiores objetivos dos EUA é impedir que alguma potência domine a o coração da Eurásia. Ou seja, talvez a BRI sofra com uma maior atuação dos EUA para impedir seu sucesso no futuro (CLARKE, 2017).

A BRI também pode ser um meio de “exportar” o modelo chinês de desenvolvimento. Como abordado nos capítulos anteriores, o modelo de desenvolvimento chinês até então era pautado pela grande proporção de exportações e de investimentos, principalmente em infraestrutura. Assim, essas linhas gerais de desenvolvimento se alinham com a ideia de BRI de aumentar a conectividade internacional (ou seja, exportações e importações) com investimentos em infraestrutura. Como afirma o Documento de Visão e Ações, é preciso “alinhar as estratégias de desenvolvimento de cada país” (CHINA, 2015a, tradução do autor). Em seu discurso de abertura do Fórum da BRI, Xi Jinping ressaltou a importância da antiga Rota da Seda para o trânsito de “ideias” entre os povos (XINHUA, 2017).

Esse debate converge com a ideia de Arrighi (2008) sobre o significado do “Consenso de Pequim”. Esse conceito, cunhado por Joshua Cooper Ramo, seria tanto um meio de outros países do mundo se desenvolverem como se inserirem internacionalmente de forma autônoma e independente (ARRIGHI, 2008). Arrighi ressalta duas características desse Consenso: a percepção de que políticas de desenvolvimento devem ser ajustadas levando-se em conta as especificidades e desafios de cada país; e a importância da cooperação “entre Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, mas que respeite as diferenças políticas e culturais [...]” (ARRIGHI, 2008, p. 383). A primeira mostraria um contraste com o Consenso de Washington, no qual as mesmas políticas liberalizantes devem ser aplicadas em qualquer país, e a segunda uma diferença em relação ao unilateralismo dos EUA.

Para Arrighi, as ideias incluídas no Consenso de Pequim podem transformar o mundo, principalmente por que podem levar à criação de um “novo Bandung”, que visaria, “como o antigo, contrabalançar a subordinação econômica e política, mas adequado a uma época de integração econômica global sem precedentes” (ARRIGHI, 2008, p. 384). O “Bandung” original era baseado em questões político-ideológicas, e por isso não tinha tanta força. Por sua vez, o novo “Bandung” que estaria surgindo teria bases econômicas, e, portanto, seria mais sólido (ARRIGHI, 2008). Uma das características dessa nova estrutura internacional seria a permanência de recursos gerados Sul no próprio Sul, o que diminuiria a influência de instituições do Norte, como o FMI, sobre países em desenvolvimento. Arrighi ressalta a importância da China nesse processo, que mesmo possuindo muitos investimentos nos EUA, direcionou recursos para o Sul e como “alternativas atraentes para o comércio, investimentos e o auxílio dos países e das instituições financeiras do Norte” (ARRIGHI, 2008, p. 386)

Yağci (2016), por sua vez, também traz suas impressões a respeito do Consenso de Pequim (CP), porém provê uma atualização do seu conceito, ao incluir iniciativas recentes como a BRI e o AIIB. Para ele, a emergência dessas entidades reforça a ideia da existência de um modelo concorrente ao Consenso de Washington (CW). Para o autor, a melhor maneira de comparar esses dois modelos é:

“analisar como o lugar da China na economia política internacional influenciaria e alteraria as trajetórias de desenvolvimento de países em desenvolvimento, através da mudança de dinâmicas de desenvolvimento globais” (YAĞCI, 2016, p. 30, tradução do autor)⁶⁵.

⁶⁵ No original: “to analyse how China’s place in the international political economy would influence and alter developing countries’ economic development trajectories by changing global development dynamics”

Ao contrário do que se pode pensar, o Consenso de Pequim guarda algumas similaridades com o próprio Consenso de Washington, embora as diferenças também sejam claras. Uma semelhança importante é o fato de ambos os conceitos evocarem o livre comércio e o estímulo aos fluxos de investimento internacionais – no Consenso de Pequim, esses objetivos ficam claros entre as diretrizes da BRI, por exemplo. Contudo, suas percepções são as de que a China não pretende exportar esse modelo, diferentemente do que dizem alguns acadêmicos, como Halper (2010). Adicionalmente,

“A emergência do CP como um paradigma de política transnacional distingue-se do CW por enfatizar o lado financeiro de infraestruturas, o desenvolvimento mútuo, a ausência de condicionalidade política e as características organizacionais que estão ausentes nas organizações financeiras internacionais financiadas pelos EUA (YAĞCI, 2016, p. 31, tradução do autor).”⁶⁶

Para auxiliar na comparação entre os modelos, o autor elabora a tabela abaixo, que compara a Experiência Chinesa com o Consenso de Washington, além de também conceituar um Pós-Consenso de Washington, o qual reconhece objetivos mais amplos que o primeiro.

⁶⁶ No original: “the emerging BC as a transnational policy paradigm distinguishes itself from the WC and PWC by emphasising infrastructural finance, mutual development, no policy conditionality and organizational features that are absent in the US backed international financial organizations.”

Figura 3 - O Pós-Consenso de Washington versus a Experiência Chinesa

	Washington Consensus	Post-Washington Consensus	Chinese Experience
Role of State in the Economy	Minimal	Regulatory	Market Maker
Financial System	Deregulation	Optimal Regulation	Strictly Controlled
Trade Policy	Free International Trade	Free International Trade	Export Promotion and Protection
Investment Policy	Liberalisation of Inward FDI	Liberalisation of Inward FDI	Regulation of Inward FDI and Technology Transfer
Social Policy	Very Limited	Limited Redistribution	Poverty Alleviation
Pace of Reform	Fast	Regulation First	Incremental and Experimental
Policy Implementation	One Size Fits All	Policy Recommendation	Flexibility - Chinese Characteristics
Key Goal	Integration to World Economy	Proper Domestic Regulation	Industrialisation

Fonte: Yağci (2016).

Por fim, Yağci (2016), sendo seu principal objetivo avaliar como o CP afeta as economias em desenvolvimento, não nega que o Consenso de Pequim possa trazer algumas oportunidades para os mesmos; contudo, esse envolve também alguns desafios. Como oportunidades, o autor reitera as diferenças mencionadas do CP em relação ao CW, especialmente a ênfase no benefício mútuo e cooperação, bem como na ausência de condicionalidades políticas para conceder financiamentos. Contudo, é justamente onde o CP converge com o CW – no estímulo da promoção do livre-comércio de investimentos diretos estrangeiros – que Yağci (2016) põe em questão o quão benéfico o CP pode ser para os países em desenvolvimento. Além disso, as reformas econômicas internas da China, movimento recente e contemporâneo a esse novo conceito de CP - estão afetando de forma negativa países que dependem muito da economia chinesa, como os exportadores de commodities. Isso criaria um dilema: “eles querem se juntar às

recentes iniciativas chinesas, mas a trajetória de desenvolvimento econômico da China está influenciando-os negativamente” (YAĞCI, 2016, p. 48).⁶⁷

Concluindo, a BRI não só é um projeto que aprofundará a cooperação entre os países da Eurásia, mas também, caso bem-sucedida, pode representar mudanças estruturais nas relações internacionais. A retomada da importância das ferrovias e das rotas terrestres de comércio são um exemplo. Neste capítulo, as principais mudanças percebidas foram: a retomada de uma ordem regional hierárquica na Eurásia, com centralidade da China e o possível surgimento de um novo Consenso, baseado no de Pequim, que pode significar um “novo Bandung”, dessa vez pautado na economia. Ambas questões têm o potencial de desafiar e transformar a ordem internacional vigente.

⁶⁷ No original: “they seek to join recent Chinese initiatives but China’s economic development trajectory is negatively influencing them.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial que a BRI possui de impactar significativamente a ordem internacional é um dos raros consensos na bibliografia sobre o assunto. A integração da Eurásia - não só fisicamente, mas também com mecanismos de cooperação e valores compartilhados - sob o manto da BRI pode transformar o panorama geopolítico e econômico da região, e, conseqüentemente, do mundo.

Outro ponto de convergência entre os autores das mais diversas correntes, seja pessimista ou otimista em relação às capacidades e intenções chinesas, é a tentativa chinesa de estabelecer uma nova ordem regional, que seria sinocêntrica, assim como o antigo “sistema tributário”. Desse modo, a construção da “comunidade de destino compartilhado”, objetivo da BRI, seria uma ordem hierárquica adaptada aos tempos atuais. Esse ponto foi discutido no terceiro capítulo, e chegou-se à conclusão de que a BRI possui muitas características em comum com o modelo de Kang (2005), o qual trata de uma ordem hierárquica nas relações internacionais. Essa ordem teria inspirações do antigo “sistema tributário”. Por exemplo, após uma análise da BRI, percebe-se que a China realmente propõe um novo modelo de relações internacionais e de governança global. Outras características similares à de uma ordem hierárquica são: o principal ator é o Estado; a China se vê como o centro da iniciativa; a soberania e autonomia de países menores são respeitadas; há o alinhamento de países menores com o centro, a China, devido a um sistema de benefícios e sanções; a estrutura moral e de valores da BRI, que provê o arcabouço das relações entre os países; a provável maior estabilidade da região, devido ao desenvolvimento e à redução de desconfianças.

Os outros impactos estruturais elencados incluem a ascensão das potências terrestres, a transformação da estrutura de poder advinda das ferrovias, a disputa pelo “Heartland” na Eurásia; e a possibilidade da iniciativa gerar o que Arrighi (2008) chama de “novo Bandung”, ou seja, um Consenso entre países do Sul global de não alinhamento, mas dessa vez baseado em termos econômicos, o que garantiria uma estabilidade maior que o antigo, com teor político-ideológico. As características desse “novo Bandung” seriam alinhadas com o “Consenso de Pequim”, ou seja, cada país deve escolher o modelo de desenvolvimento mais apropriado para si (não existe uma política que valha para todos) e é dada grande importância para a cooperação e a interdependência econômica. Além disso, os recursos gerados pelo Sul se manteriam no Sul. A

BRI, por exemplo, se a China for considerada parte do Sul global, seria uma demonstração disso: o crédito chinês financia projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento.

O progresso da BRI em cinco anos é notável. Em termos de conectividade física, ela conseguiu estruturar e unificar boa parte do trânsito de trens entre a China e a Europa. Isso permite a maior diversificação das rotas comerciais da China, até agora dependentes do mar, e possibilita ganhos para certos produtos. As viagens realizadas entre as duas partes vêm crescendo de forma exponencial, o que cria uma demanda para a cooperação econômica (por exemplo, aduaneira) entre os países que integram a rota, aprofundando assim a cooperação econômica da região, objetivo da BRI. Outros projetos de infraestrutura, como oleodutos, gasodutos e estruturas de transmissão de energia também são dignos de nota, como os do Corredor Econômico China-Paquistão e o que atravessa o Mianmar até a Índia. Além desses, também já existem outros projetos em construção (ou com contratos firmados) distribuídos pelos corredores econômicos previstos, como a ferrovia China-Laos e a ferrovia de alta velocidade entre Jakarta e Bandung.

A forma pela qual a infraestrutura impacta a economia do país e pode se transformar em desenvolvimento também já tem se apresentado pela BRI. A construção de hubs logísticos em pontos centrais, que permitem a diversificação das rotas, e que englobam zonas econômicas especiais e parques industriais no entorno são demonstrações evidentes dessa relação causal. A estação de Khorgos, na fronteira da China com o Cazaquistão é um exemplo de hub logístico cuja evolução é congruente com a ideia de que infraestrutura pode ensejar desenvolvimento econômico.

Como investimentos em infraestrutura demandam quantidades enormes de capital, a China deu prioridade para a construção de uma arquitetura financeira para prover os recursos necessários à iniciativa e seus projetos. Os dois maiores expoentes são o Fundo da Rota da Seda, com recursos de bancos chineses, e o AIIB, um novo banco multilateral de desenvolvimento. Apesar de este estar recém iniciando suas atividades operacionais e não estar explicitamente atrelado à BRI, ele representa uma peça chave para a iniciativa. Porém, o grosso dos recursos da BRI ainda vem de bancos estatais chineses, ou seja, a ideia de multilateralidade no financiamento ainda é uma ideia distante e um tanto quanto vaga.

A coordenação de políticas também parece ter feito considerável progresso, já que há o reconhecimento da BRI como uma iniciativa regional importante. Já há uma coordenação significativa da malha ferroviária, por exemplo. As outras prioridades de cooperação são difíceis

de se perceber de forma efetiva, pelo menos por enquanto. Portanto, deve-se acompanhar a evolução da liberalização do comércio e a melhora das conexões entre os povos, pois estes são importantes objetivos da BRI. Efetivamente, levando-se em conta o escopo e os objetivos da BRI, ainda há muito a ser feito.

Por outro lado, a BRI acentuou diversas disputas de interesses pela Eurásia, que podem comprometer pelo menos parte do projeto no futuro. Um exemplo é a tensão com a Índia, que se recusa a se juntar à BRI (apesar de ser membro do AIIB) por desconfianças em relação às intenções chinesas e aos projetos chineses no Paquistão, que alegadamente violam a soberania de territórios indianos. Além disso, outros riscos foram discutidos no decorrer do trabalho, como o risco de financiamento, os securitários (terrorismo, guerras civis), entre outros. Evidencia-se que, embora haja amplos motivos para a BRI ter sucesso na empreitada, os riscos e desafios também são relevantes e devem ser observados de perto para que se tire conclusões a respeito da evolução da Iniciativa.

A análise das reais intenções chinesas com a BRI talvez seja uma das tarefas mais difíceis, pois, como lembra Clarke (2017), a China não menciona explicitamente razões de interesse próprio ou questões geopolíticas no discurso oficial sobre a BRI. Assim, além dos objetivos formais da BRI, como a construção de uma “comunidade de destino compartilhado”, de uma maior integração e cooperação no nível regional, abertura e liberalização econômica, integração financeira, somam-se outros objetivos. Esses, reunidos da bibliografia, incluem: a busca pela inclusão do “Oeste” chinês e de outras regiões fronteiriças tanto na economia chinesa como na global; a estabilização de países fronteiriços da China através do desenvolvimento; a exportação de capital para locais com maior rendimento; o aumento da demanda para produtos chineses e assim diminuir a capacidade ociosa; o estímulo à internacionalização das empresas chinesas, ao mesmo tempo que garante negócios para elas, afetadas pela desaceleração econômica da China; em termos geopolíticos, prover uma resposta para o Pivô dos EUA, com a China atuando em regiões em que há menor conflito de interesse direto e maior oportunidade para a cooperação e para a competição econômica em vez da militar; criação de demanda para as novas instituições financeiras, que buscam a reforma da arquitetura financeira global; criação de uma região onde a moeda chinesa possa assentar as bases de sua internacionalização; o aumento da sua influência política na região através da influência econômica; a disseminação dos valores de cooperação

pregados pela China; dentre muitas outras motivações. Em suma, a BRI deriva de razões econômicas (reforma e abertura) como geopolítica, além da propagação de valores chineses.

Essa perspectiva abrangente é um exemplo da política externa de Xi Jinping. Isso envolve: a compreensividade da iniciativa, que aborda diretamente questões comerciais, financeiras, culturais, de infraestrutura, diplomacia e, indiretamente, geopolítica; e a busca por liderança e um maior papel na política internacional, já que a China assume o papel central de promover a iniciativa e unificar, sob esse manto, diversos projetos de outros países e instituições, moldando assim a estrutura e a ordem regionais. Assim, a China adota também um perfil de "criadora de regras", desenvolvendo um novo modelo de relações entre os países e moldando a integração regional. Por fim, cabe salientar o que parece ser o maior risco envolvido: a iniciativa é extremamente abrangente e ambiciosa. Assim como isso representa uma virtude, também representa uma possível ameaça, por haver tantos fatores e interesses abarcados em uma mesma iniciativa. A iniciativa pode falhar por não atingir seus objetivos, o que afetaria imensamente a reputação internacional chinesa, mas também pode trazer outros problemas. Por exemplo, pode desencadear uma crise financeira; envolver a China em regiões conflituosas; acentuar as disputas de interesses com outras potências; dentre outros riscos.

Assim, a BRI pode ser considerada um ótimo exemplo das mudanças elaboradas por Xi. Ela representa uma nova China, que agora se arrisca no âmbito internacional, em detrimento da abstenção e retração, caráter que antecedeu Xi. Por outro lado, ela também demonstra as continuidades da política externa chinesa: seus princípios envolvem os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e os da ONU; a iniciativa apresenta relativa baixa institucionalização e grande flexibilidade; a grande importância dada para a soberania e para a não-interferência; e a contínua referência à importância da história e experiência chinesas. Portanto, pode-se interpretar a BRI como uma síntese de características clássicas chinesas e da guinada que Xi representou.

Diante do exposto, pode-se inferir que o presente trabalho logrou tratar dos problemas aos quais se dispôs, quais sejam, o problema central: “o que a ‘Iniciativa Cinturão e Rota’ significa para a China e para a região em que se ela se insere?”; e o problema de caráter auxiliar: “como a BRI se insere na estratégia de atuação internacional do governo de Xi Jinping?”. De maneira geral, as hipóteses se confirmaram.

Por um lado, embora a amplitude do conceito e aspectos da BRI impeçam sua limitação em uma única definição, fica claro - por sua abrangência geográfica, objetivos centrais,

mecanismos de financiamento, entre outras questões - que a BRI de fato representa para a China uma nova forma de atuar na ordem regional. Ainda, devido às suas características descritas no capítulo três, aparentemente a BRI poderá ser peça chave para que a região recrie seu ordenamento hierárquico, beirando ao conceito de “Sistema Tributário”. Por outro lado, enquanto no capítulo um se demonstra a clara ruptura e transição de política externa que Xi Jinping representa para a China, o capítulo dois, ao trazer à tona a importância da BRI para o país parece comprovar a hipótese elaborada – de que a BRI é uma manifestação dessa transição de política externa, na direção de maior presença e influência internacional. Embora, vale reiterar, ela também envolva preceitos clássicos da política externa chinesa, em uma síntese que marca o governo e a atuação de Xi.

Apesar disso, por abarcar tantos fatores, este trabalho não abordou todas as possibilidades, que poderiam resultar em projetos de pesquisa e objetos de novos trabalhos no futuro. Elencam-se algumas sugestões: a reação dos EUA e do Japão frente à iniciativa; quais seriam os impactos econômicos de fato para as reformas econômicas chinesas; o papel da Europa em um contexto de maior distanciamento dos EUA e do Reino Unido na BRI; possíveis papéis das Forças Armadas chinesas nessa arquitetura regional; dentre outros. É necessário aprofundar os estudos nessa iniciativa, que talvez represente uma tendência de maior questionamento da atual ordem.

REFERÊNCIAS

ABAD, Gracia. China en las Relaciones Internacionales. In: SODUPE, Kepa; MOURE, Leire (Coord.). China en el escenario internacional: Una aproximación multidisciplinar. Leioa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2013. p. 277-309.

AIIB. **Euromoney**, Londres, 26 set. 2017. Disponível em: <<https://www.euromoney.com/article/b14t12v4m85dfj/making-sense-of-belt-and-road-the-chinese-multilateral-aiib>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ALEKSANDRA, Una; ČERENKOVA, Bērziņa. **BRI Instead of OBOR – China Edits the English Name of its Most Ambitious International Project**. Rīga: Latvian Institute Of International Affairs, 2016. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:00VewViSljJ:liia.lv/en/analysis/bri-instead-of-obor-china-edits-the-english-name-of-its-most-ambitious-international-project-532+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

AMINI, Miriam. China's 'Silk Road' railway hits a snag in Afghanistan. **CNBC**, Nova Jersey, 13 out. 2016. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2016/10/13/chinas-silk-road-railway-disrupted-by-uzbekistan-security.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BACKGROUND: Projects underway under Belt and Road Initiative. **Xinhua**, Pequim, 10 maio 2017d. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/10/c_136271092.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA. **Approved Projects**. 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/index.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BASHARAAT, Hakim. Special Afghan-China rail link inaugurated in Jiangsu. **Pajhwok Afghan News**. Kabul, 25 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.pajhwok.com/en/2016/08/25/special-afghan-china-rail-link-inaugurated-jiangsu>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

"BELT and Road" incorporated into CPC Constitution. **Xinhua**, Pequim, 24 out. 2017b. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2017-10/24/c_136702025.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BHOOTHALINGAM, Ravi. The Silk Road as a Global Brand. **China Report**, v. 52, n. 1, p. 45-52, 2016.

BRADSHER, Keith. Hauling New Treasure Along the Silk Road. **New York Times**, Nova Iorque, 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/21/business/global/hauling-new-treasure-along-the-silk-road.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRESLIN, Shaun. 'The China Model' and the Global Crisis: from Friedrich List to a Chinese mode of governance? **International Affairs**, New York, v. 87, n. 6, p. 1323-1343, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.eu-asiacentre.eu/documents/uploads/pub_17_breslin_in_ia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRUNNER, Hans-peter. **What is Economic Corridor Development and What Can It Achieve in Asia's Subregions?** Manila: Banco de Desenvolvimento Asiático, 2013. 48 p. (ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration). Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/100110/reiwp-117-economic-corridor-development.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CALLAHAN, William A. China's "Asia Dream" The Belt Road Initiative and the new regional order. **Asian Journal of Comparative Politics**, v. 1, n. 3, p. 226-243, 2016. Central Asia. In: FREDHOLM, Michael. **The Shanghai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics: New Directions, Perspectives, and Challenges**. Copenhagen: NIAS Press, 2013. p. 20-28.

CHANG, Há-Joon. **Maus Samaritanos: O Mito Do Livre Comercio e a História Secreta do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIN, Helen; HE, Winnie. **The Belt and Road Initiative: 65 Countries and Beyond**. Hong Kong: Fung Business Intelligence Centre, 2016. 16 p. Disponível em: <https://www.fbicgroup.com/sites/default/files/B&R_Initiative_65_Countries_and_Beyond.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CHINA. Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Comércio. Conselho de Estado. **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**. Pequim: 2015a. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1249618.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Comitê Central do Partido Comunista da China. **THE 13TH FIVE-YEAR PLAN FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA: (2016-2020)**. Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2015. 219 p. Disponível em: <<http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201612/P020161207645765233498.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo et al. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Texto para discussão**, v. 6, 2015.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito; PINTO, Eduardo Costa. Introdução. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito; PINTO, Eduardo Costa (org). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CLARKE, Michael. Beijing's March West: Opportunities and Challenges for China's Eurasian Pivot. **Orbis**, v. 60, n. 2, p. 296-313, 2016.

CLEGG, Jenny. **China's global strategy: towards a multipolar world**. New York: Pluto Pr, 2009.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, 11 out. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CUNHA, André Moreira et al. **ascensão da China depois da crise financeira global: uma perspectiva brasileira**. Porto Alegre: Ufrgs, Fce e Deri, 2012. 95 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/TD16_cunha_et al.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014. .

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no Espelho da China: Tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.208-236, maio/ago. 2012. Disponível em: . Acesso em: 09 set. 2014.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia Chinesa: Transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014. 269 p.

DEBRECZENI, Gabor. The New Eurasian Land Bridge: Opportunities for China, Europe, and Central Asia. **The Public Sphere**, Londres, p.39-54, 2016. Disponível em: <http://publicspherejournal.com/wp-content/uploads/2016/02/02.eurasian_land_bridge.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

DJANKOV, Simeon; MINER, Sean (Ed.). **China's Belt and Road Initiative: motives, scope, and challenges**. Peterson Institute for International Economics, 2016.

DUMITRESCU, George Cornel. Central and Eastern European Countries Focus on the Silk Road Economic Belt. **Global Economic Observer**, v. 3, n. 1, p. 144-153, 2015.

ECONOMY, Elizabeth C. China's Imperial President. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2014-10-20/chinas-imperial-president>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ERNST & YOUNG. **Riding the Silk Road: China sees outbound investment boom**. Londres: Ey, 2015. 28 p. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-china-outbound-investment-report-en/\\$FILE/ey-china-outbound-investment-report-en.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-china-outbound-investment-report-en/$FILE/ey-china-outbound-investment-report-en.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ETHIOPIA-Djibouti electric railway line opens. **BBC**, Londres, 5 outubro 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-37562177>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FASSLABEND, Werner. The Silk Road: a political marketing concept for world dominance. **European View**, v. 14, n. 2, p. 293-302, 2015.

FERDINAND, Peter. Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, v. 92, n. 4, p. 941-957, 2016.

FIRST freight train from China arrives in Iran in 'Silk Road' boost: media. **Reuters**, Londres, 16 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-iran-railway/first-freight-train-from-china-arrives-in-iran-in-silk-road-boost-media-idUSKCN0VP0W8>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FULL text of President Xi's speech at opening of Belt and Road forum. **Xinhua**, Pequim, 14 maio 2017a. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Fundo da Rota da Seda. **Overview**. 2017. Disponível em: <<http://www.silkroadfund.com.cn/enweb/23775/23767/index.html#homezd>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GUANG, Pan. The Spirit of the Silk Road: The SCO and China's Relations with

GURIEV, Sergei. **China in Eurasia**. In: **Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics**. World Economic Forum, Regional Agenda, 2016. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEF_Geoeconomics_with_Chinese_Characteristics.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

HALPER, Stefan. **The Beijing Consensus: Legitimizing Authoritarianism in Our Time**. New York: Basic Books, 2010. 296 p.

HANSEN, Valerie. **The Silk Road: A New History**. New York: Oxford University Press, 2012.

HE, Yan. China Railway Express: Freight network facilitates trade between China and Europe. **China Global Television Network (CGTN)**. Pequim, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/3d55444f31597a4d/share_p.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

HENDLER, Bruno. Economic statecraft, peaceful rise and win-win game: a framework to understand China's growing influence in the world. **Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, [s.l.], 07 dez. 2017a. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=24317>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Transições estruturais na economia chinesa e a Nova Rota da Seda: uma ideia convenientemente vaga. **Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, [s.l.], 07 jun. 2017a. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23666>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

HUANG, Yiping. Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, v. 40, p. 314-321, 2016.

WANG, Jisi. China's Search for a Grand Strategy-A Rising Great Power Finds its Way. **Foreign Affairs**, v. 90, p. 68, 2011.

JOHNSON, Christopher K.. **President Xi Jinping's "Belt and Road" Initiative: A Practical Assessment of the Chinese Communist Party's Roadmap for China's Global Resurgence**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2016.

JUNXIAN, Gan; YAN, Mao. China's New Silk Road: Where Does It Lead?. **Asian Perspective**, v. 40, n. 1, p. 105-130, 2016.

KALYANARAMAN, S.; RIBEIRO, Erik H.. A crise de Doklam entre China e Índia: implicações regionais e o fator estrutural. **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p.09-23, out. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/11/Boletim-de-Conjuntura-v.-2-n.-7.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power and Order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KANG, David. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G.; MASTANDUNO, Michael (Ed.). **International relations theory and the Asia-Pacific**. Columbia University Press, 2005.

KARRAR, Hasan H. **The new Silk Road diplomacy: China's Central Asian foreign policy since the cold war**. Vancouver: UBC Press, 2010.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 14ª ed.

KENYA opens Nairobi-Mombasa Madaraka Express railway. **BBC**, Londres, 31 maio 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-40092600>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____, Henry. **A ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KROEBER, Arthur R. **China's Economy: What Everyone Needs to Know?**. Oxford University Press, 2016.

LARDY, Nicholas R. **Sustaining China's economic growth after the global financial crisis**. Washington: The Peterson Institute for International Economics, 2012.

Leadership in Global Economic Governance and the Creation of the Asian Infrastructure Investment Bank. *Rising Power Quarterly*, v 1, n.1, p. 55-69. 2016.

LEONARD, Mark. Introduction. In: **Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics**. World Economic Forum, Regional Agenda, 2016. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Geoconomics_with_Chinese_Characteristics.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LEUNG, James. China's Imperial President. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/xis-corruption-crackdown>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LIU, Xinru. **The Silk Road in world history**. New York: Oxford University Press, 2010.

LUFT, Gal. China's Infrastructure Play: Why Washington Should Accept the New Silk Road. **Foreign Affairs**, v. 95, n. 5, p. 68, 2016.

MCVEIGH, Tracy. Silk Road route back in business as China train rolls into London. **The Guardian**, Londres, 14 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jan/14/china-silk-road-trade-train-rolls-london>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? **The National Interest**, Washington DC, 25 out. 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 07 set. 2016.

MISHRA, Rahul. Asian Infrastructure Investment Bank: An Assessment. *India Quarterly: A Journal of International Affairs*, v, 72, n. 2, p. 163-176, 2016.

MODELSKI, George. The Long Cycle of Global Politics and the Nation State. In: LINKLATER, A. (ed.). **International Relations. Critical Concepts in Political Science**. Vol. IV. London: Routledge, 2000.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Cambridge: Massachusetts Institute Of Technology Press, 2007. 528 p

NEW rail routes between China and Europe will change trade patterns. **The Economist**, Londres, 16 set. 2017. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/business/21728981-new-silk-railroad-will-challenge-airlines-and-shipping-firms-new-rail-routes-between-china>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI. Heads of the Member States of the Shanghai Cooperation Organization. **Tashkent Declaration**. Tashkent: 2004. Disponível em: <<http://eng.sectesco.org/documents/>> Acesso em: 10 dez. 2017.

PAUTASSO, Diego. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. **Meridiano 47**, v. 16, n. 149, p. 20, 2015.

PEKKANEN, Saadia; RAVENHILL, John; FOOT, Rosemary. **The Oxford Handbook of the International Relations of Asia**. New York: Oxford University Press, 2014.

PERLEZ, Jane; HUANG, Yufan. Behind China's \$1 Trillion Plan to Shake Up the Economic Order. **New York Times**, Nova Iorque, 13 maio 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/05/13/business/china-railway-one-belt-one-road-1-trillion-plan.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

POLO, Marco. *As Viagens*. São Paulo: Martin Claret, 2015.

RAFIQUE, Najam; HUMAYUN, Fahd. Washington and the New Silk Road: a new great game in Asia?. **Strategic Studies**, v. 31, n. 4-1, p. 1-18, 2012.

READ, Nailia Bagirova 3 Min. Azerbaijan, Georgia, Turkey launch 'Silk Road' rail link. **Reuters**, Londres, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/azerbaijan-railway/azerbaijan-georgia-turkey-launch-silk-road-rail-link-idUSL8N1N52XR>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

RECORD number of freight trains link China, Europe. **Xinhua**, Pequim, 18 nov. 2017c. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2017-11/18/c_136762654.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ROLLAND, Nadège. China's new silk road. The National Bureau of Asian Research, **NBR Commentary**, p. 3, 2015.

ROLLAND, Nadège. **China's Eurasian Century?:** Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative. 2017.

ROSS, Robert S. China's Imperial The Problem With the Pivot. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2012-11-01/problem-pivot>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SÁRVÁRI, Balázs; SZEIDOVITZ, Anna. the political Economics of the new Silk road. **Baltic Journal of European Studies**, v. 6, n. 1, p. 3-27, 2016

SHAMBAUGH, David. **China goes global: The partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.

SHEN, Simon Xu Hui. Special Issue: New Silk Road Project. **East Asia**, v. 32, n. 1, p. 1-5, 2015.

SHEPARD, Wade. How Those China-Europe 'Silk Road' Trains First Began. **Forbes**, Nova Iorque, 29 jun. 2016d. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/06/29/the-story-of-how-those-china-europe-silk-road-trains-first-began/4/#32738b0b5595>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Khorgos: The New Silk Road's Central Station Comes To Life. **Forbes**, Nova Iorque, 20 fev. 2017d. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/02/20/khorgos-the-new-silk-roads-central-station-comes-to-life/#3bcd8efac22e>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Multiple Routes Between China And Europe Is Why The New Silk Road Is A Real Game Changer. **Forbes**, Nova Iorque, 17 abr. 2017a. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/04/17/multiple-routes-between-china-and-europe-is-why-the-new-silk-road-is-a-real-game-changer/#7f167f6a1feb>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. New Silk Road: China Takes A 49% Cut Of Khorgos Gateway, A Major Overland Silk Road Port. **Forbes**, Nova Iorque, 26 mai. 2017b. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/05/26/new-silk-road-china-takes-a-49-cut-of-khorgos-gateway-a-major-overland-silk-road-port/#52341cd71373>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. The Booming China-Europe Rail Network Is Taking The Next Step. **Forbes**, Nova Iorque, 19 out. 2016a. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/10/19/the-booming-china-europe-rail-network-is-taking-the-next-step/#48fe4601f791>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. The Central Station Of The New Silk Road Has Emerged. **Forbes**, Nova Iorque, 29 abr 2017c. Disponível em: < <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/04/29/the-central-station-of-the-new-silk-road-has-emerged/#689a12ef1fdd>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. What The Newly Branded China-Europe 'Silk Road' Trains Really Mean. **Forbes**, Nova Iorque, 28 jun. 2016c. Disponível em: < <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/06/28/what-the-newly-branded-china-europe-silk-road-trains-really-mean/#61ebcf271348>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Why Kazakhstan Is Building A "New Dubai" On The Chinese Border. **Forbes**, Nova Iorque, 28 fev. 2016b. Disponível em: < <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/02/28/will-a-place-called-khorgos-become-the-next-dubai/2/#1cbac5e132b3>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILK ROAD BRIEFING. China Spending Just 2% Of International OBOR Financing On Actual Projects [s.l.]: Dezan Shira & Associates, 2017b. Disponível em: <<https://www.silkroadbriefing.com/news/2017/06/07/china-spending-just-2-international-obor-financing-actual-projects/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Financing China's One Belt, One Road: US\$8 Trillion in Capital Requirements** [s.l.]: Dezan Shira & Associates, 2017. Disponível em: < <https://www.silkroadbriefing.com/news/2017/04/03/financing-chinas-one-belt-one-road-us8-trillion-in-capital-requirements/>>. Acesso em: 10 dez. 2017a.

_____. **Who is Financing the New Economic Silk Road?** [s.l.]: Dezan Shira & Associates, 2017c. Disponível em: <<https://www.silkroadbriefing.com/news/2017/09/21/financing-new-economic-silk-road/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, Ricardo Luís P. R. da. **A Nova Rota da Seda: Caminhos para a presença brasileira na Ásia Central**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SODUPE, Kepa. La Transformación de China: Logros y Desafíos de la Reforma y la Apertura Exterior. In: SODUPE, Kepa; MOURE, Leire (Coord.). **China en el escenario internacional: Una aproximación multidisciplinar**. Leioa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2013. p. 23-65.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STRAND, Jonathan R.; FLORES, Eduardo M.; TREVATHAN, Michael W. China's Leadership in Global Economic Governance and the Creation of the Asian Infrastructure Investment Bank. **Rising Power Quarterly**, v 1, n.1, p. 55-69. 2016.

SUOKAS, Janne. China runs 5,000 cargo trains on New Silk Road to Europe. **Gb Times**, Tampere, 08 set. 2017. Disponível em: <<https://gbtimes.com/china-runs-5000-cargo-trains-on-new-silk-road-to-europe>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

TAPLIN, Nathaniel. Moeda chinesa passa a integrar cesta de elite do FMI. Reuters. 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1213MO>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

TIEZZI, Shannon. What Did China Accomplish at the Belt and Road Forum? **The Diplomat**, Tóquio, 16 maio 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/05/what-did-china-accomplish-at-the-belt-and-road-forum/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WANG, Dong; YIN, Chengzi. China's Assessment of U.S. Reblancing to Asia. In: BERLIN CONFERENCE ON ASIA SECURITY (BCAS), 7., 2013, Berlim. **Discussion Paper**. Berlim: Swp e Kas, 2013. p. 1 - 18. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/projekt_papiere/BCAS2013_Wang_Dong.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WANGSHU, Luo. China Railway Express carries weight of expectations. **The Telegraph**, Londres, 24 maio 2017. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/business/china-railway-express-freight/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WEISBROT, Mark; JOHNSTON, Jake. **Voting Share Reform at the IMF: Will it Make a Difference?** Washington: Center For Economic And Policy Research, 2016. Disponível em: <<http://cepr.net/images/stories/reports/IMF-voting-shares-2016-04.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WRIGHT, Chris. Making Sense of Belt and Road - The Chinese Driver: The Silk Road Fund. **Euromoney**, Londres, 26 set. 2017. Disponível em: <<https://www.euromoney.com/article/b14t0s0j4ws7ql/making-sense-of-belt-and-road-the-chinese-driver-the-silk-road-fund>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WUTTKE, Jörg. Xi Jinping's Silk Road under threat from one-way traffic. **The Straits Times**, Cingapura, 12 maio 2017. Disponível em: <<http://www.straitstimes.com/opinion/xi-jinpings-silk-road-under-threat-from-one-way-traffic>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd, 2014. **XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

YAĞCI, Mustafa. **A Beijing Consensus in the Making**: The Rise of Chinese Initiatives in the International Political Economy and Implications for Developing Countries. *Perceptions*, Ankara, v. XXI, n. 2, p.29-56, jul. 2016. Revista do Center for Strategic Research. Disponível em: <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2017/02/Perceptions_Summer2016-2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ZHANG, Shu; MILLER, Matthew. Behind China's Silk Road vision: cheap funds, heavy debt, growing risk. **Reuters**, Londres, 15 maio 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-silkroad-finance/behind-chinas-silk-road-vision-cheap-funds-heavy-debt-growing-risk-idUSKCN18B0YS>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ZHEN, Liu; LO, Kinling; LAU, Mimi. China's embassy in Pakistan warns of 'series of terror attacks soon' on its nationals. **South China Morning Post**, Hong Kong, 08 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2123483/chinese-pakistan-warned-be-alert-potential-terror>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ZIMMERMAN, Thomas. **The New Silk Roads: China, the U.S., and the Future of Central Asia**. New York: Center on International Cooperation, 2015. Disponível em: <http://cic.nyu.edu/sites/default/files/zimmerman_new_silk_road_final_2.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.